

ANARQUISMO CONSTRUTIVO

GRIGORI PETROVITCH MAXIMOFF

INTRODUÇÃO

Antes de examinarmos os princípios do anarcossindicalismo, é necessário resumir brevemente o desenvolvimento do anarquismo internacional desde a guerra[1] e considerar sua situação atual.

A guerra imperialista, a ascensão e o declínio da grande Revolução Russa, as revoltas nos países da Europa central e a intensificação da luta de classes em outros países obrigaram os anarquistas a investigarem mais intensamente o verdadeiro caráter da revolução social e dos meios práticos necessários para sua realização. Nas páginas de publicações anarquistas e sindicalistas revolucionárias em todos os países, os problemas da construção, da tática e da organização foram discutidos com frequência crescente. Infelizmente, estes problemas somente foram apontados; eles não foram resolvidos, e somente relativamente poucas das questões fundamentais foram realmente respondidas.

A primeira tentativa prática de se lidar com a questão das formas organizacionais na revolução social deve ser encontrada na formação da Associação Internacional dos Trabalhadores de 1921 – a internacional de sindicatos revolucionários. A partir daquele momento, o anarcossindicalismo se tornou um fator internacional organizado. A Associação Internacional dos Trabalhadores adotou a filosofia do comunismo anarquista, e, em adição a se dedicar a esforços diários nos interesses do proletariado mundial, ela lutou, desde o primeiro dia de sua existência, para achar soluções a todas aquelas questões que, tanto agora quanto no futuro, as massas exploradas encaram em sua luta por libertação total.

Todavia, apesar destas considerações e do fato de que a Associação Internacional dos Trabalhadores era uma herdeira direta da Primeira Internacional, continuando o trabalho da Federação do Jura e de Mikhail Bakunin, sua emergência não foi bem-vinda unanimemente nos círculos anarquistas. Um grupo de emigrantes anarquistas russos, por exemplo, decidiu estabelecer, entre linhas similares à Associação Internacional dos Trabalhadores, uma nova organização chamada Associação Geral de Anarquistas. E, há três anos atrás, em 1927, o “Grupo de Anarquistas Russos Exilados” submeteu ao movimento anarquista internacional um “Projeto para uma Plataforma

Organizacional de uma Associação Geral de Anarquistas”, o qual tentou resolver os vários problemas em um nível diferente da Associação Internacional dos Trabalhadores. Esta tentativa despertou interesse natural em círculos anarquistas, e ainda está sendo propagada nas publicações daquele grupo.

Antes de rever os princípios fundamentais de nosso próprio programa, é necessário discutir esta Plataforma em maior detalhe, assim como a Resposta que foi feita a ela por “vários anarquistas russos”. Nós iremos examinar estas duas manifestações do pensamento anarquista, não por amor à controvérsia, mas somente para tornar mais precisa nossa atitude frente a estas questões organizacionais e táticas positivas que hoje ou qualquer dia podem surgir em sua magnitude total na própria Rússia assim como em outros países. Ademais, a Plataforma e a Resposta a ela estão ambas cheias com todo tipo de distorção dos conceitos anarquistas, e ignorar estas distorções chegaria a ser uma transgressão contra o movimento anarquista.

Espera-se que o espaço considerável que será dedicado a este estudo para uma crítica destes assuntos será tido como justificado pelas considerações abaixo.

I. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO ANARQUISMO

Não está dentro do escopo deste estudo examinar o desenvolvimento do pensamento anarquista. Minha tarefa é prática. Depois de analisar o movimento anarquista vivo e concreto do momento de sua concepção até o dia presente, eu tentarei determinar suas falhas, erros e ambiguidades na teoria e na prática. Ademais, por base na experiência histórica, eu irei propor para consideração métodos que, na minha visão, poderiam ajudar nosso movimento na luta em direção à realização deste programa.

O pensamento precede o movimento. Cada ato e cada movimento do indivíduo, a menos que seja mecânico ou instintivo, é o resultados da premeditação, do pensamento. Antes de agir, o homem pensa sobre o ato – não importa se o pensamento é breve ou longo – e somente depois deste trabalho mental ele dá passos para transformar o pensamento em realidade. O mesmo processo pode ser observado no intrincado organismo da sociedade humana.

Nesta complexa organização social, também a ideia precede a ação. E por essa razão, a história das ideias não coincide em tempo com a história dos movimentos que servem essas ideias. Logo, a história dos movimentos anarquista e socialista começa somente nos anos sessenta do último século, com a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, ou, como ela é agora comumente chamada, a Primeira

Internacional. Àquela época eu atribuo o começo do movimento de massa dos trabalhadores anarquistas, e com ele eu começo o exame e a análise do movimento a que nós todos servimos de acordo com nosso entendimento e habilidade.

Um estudo dos erros do passado nos ajudará a evitar repeti-los no presente e no futuro. A coragem para admitir erros, e a habilidade para descobrir suas causas reais são sinais de um espírito vivo e uma mente aberta e clara. Se um movimento mostra provas destas qualidades vitais, ele é de fato saudável e forte, e tem um papel a desempenhar no futuro. Vamos tentar então, dentro dos limites de nossa habilidade, servir o movimento desta forma. Inspirados por esta proposta, vamos começar com o exame de nosso movimento que cresceu, como já indicado, da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional).

Que tipo de associação ela era? Quando, como e por que ela emergiu? A Primeira Internacional em si não é meu assunto, e eu irei esboçar sua história somente até o ponto necessário para a consideração do movimento anarquista, cujo desenvolvimento inicial estava inextricavelmente ligado a ela. Por esta razão eu limitarei meu exame a uma fração da Internacional, o grupo conhecido como “federalista” ou “bakuninista”.

A pedra fundamental da Internacional foi lançada durante a Exibição Internacional de 1862 em Londres, e a associação propriamente dita foi fundada na famosa reunião no St. Martin's Hall em Londres em 23 de setembro de 1864. Aquela reunião elegeu um comitê provisório de organização, que com o tempo se tornou o Conselho Geral da Internacional. O comitê elaborou a declaração da Internacional e seus estatutos provisórios. Estes estatutos foram editados por Karl Marx, que, apesar de ser um membro do comitê, desempenhou um papel bastante passivo na formação da Internacional.

Sob a influência de propaganda, seções da Internacional foram formadas em vários países da Europa ocidental. Muitos de seus membros tinham somente a noção mais vaga e mais confusa dos objetivos e dos propósitos da associação. E porque incluíam números consideráveis da inteligência radical, estas seções frequentemente cooperavam com os partidos políticos radicais. Logo, o primeiro aderente da Internacional na Suíça, Dr. Coullery, perseguia um programa de neocristianismo e seu jornal tinha um público razoavelmente extenso.

Uma situação semelhante surgiu na França. Em suma, as seções da Internacional eram, ideologicamente, uma coleção variada e mutuamente contraditória, e somente com o tempo elas foram moldadas em uma força social consciente e ativa.

O primeiro congresso da Internacional foi programado para ser realizado durante 1865, em Bruxelas, mas ele foi cancelado por causa de uma nova lei belga que discriminava contra estrangeiros. Em seu lugar, uma conferência foi marcada em Londres para os dias de 25 a 29 de setembro do mesmo ano. Nesta conferência, os delegados da França eram todos proudhonianos – Tolain, Fribourg, Limousin e Varlin, mais tarde um membro da Comuna de Paris. Caesar de Paepe veio da Bélgica, Dupleix e J. P. Becker, participante da revolta de Dresden, das partes francófona e alemanfona da Suíça, respectivamente. Entre os emigrantes, que não representavam seções específicas, havia Dupont, Le Lubez, Herman Jung e Karl Marx. Esta conferência considerou primariamente as questões operárias, mas também tocou em questões tocantes à política internacional, e decidiu chamar o primeiro congresso da Internacional em Genebra para o outono de 1866.

Este congresso foi realizado de 3 a 8 de setembro, e foi assistido por 65 delegados – sessenta deles representando seções nacionais e cinco do Conselho Geral. A maioria destes delegados era suíça e francesa. Já que este congresso é da mais alta importância na história dos movimentos anarquista e socialista, eu irei rever sua ordem do dia e resoluções.

A ordem do dia é muito interessante, e até hoje as questões colocadas para a consideração do congresso não perderam sua significância concreta, não somente para o movimento operário moderno em geral mas para o movimento anarquista em particular, cujas atitudes nestas questões foram responsáveis pela divisão da Internacional em facções divergentes. Esta ordem do dia consistia dos seguintes itens:

1. Unificação dos esforços dos trabalhadores na luta contra o capitalismo pela organização de uniões.
2. A redução da jornada de trabalho.
3. O trabalho feminino e infantil na indústria.
4. Uniões operárias, seu passado, presente e futuro.
5. Cooperativas.
6. Taxação direta e indireta.
7. Organização do crédito internacional.

8. A necessidade da destruição da influência reacionária da Rússia na Europa por meio do estabelecimento de uma série de Estados separados baseados na autodeterminação. (A reconstrução da Polônia em princípios democráticos.)
9. A existência de exércitos permanentes.
10. Religião e sua influência na evolução social, política e intelectual das nações.
11. Sociedades de apoio mútuo.

A mais importante conquista do congresso foi, é claro, a ratificação final dos estatutos da Internacional, que serão examinados abaixo. Primeiro, entretanto, eu examinarei as resoluções em várias questões que, na minha opinião, continuam a ser vitais para o movimento anarquista como um todo.

Não há unanimidade entre anarquistas na questão da luta do trabalho contra o capital. Eles diferem particularmente na questão da sindicalização dos esforços dos trabalhadores e da sua luta contra os exploradores. E esta variação em atitude perante os sindicatos é a principal questão dividindo o campo anarco-comunista em duas frações principais – os anarco-comunistas pura e simplesmente e os anarcossindicalistas. Aqueles anarquistas atuais que são sindicalistas não acreditam que associações de trabalho possam ser o núcleo de uma sociedade futura se desenvolvendo em federações de produtores e comunas sem Estado. Os anarcossindicalistas, por outro lado, defendem que somente as organizações de trabalho sem superiores são capazes de prover o elemento inicial na estrutura da nova sociedade, na qual uma federação internacional de associações de produtores irá tomar o lugar do governo.

Ainda, muitos anarquistas consideram a luta sindical por interesses diários mesquinha, inútil e até mesmo prejudicial; eles a chamam de uma política negligente e sedenta por dinheiro que serve somente para desviar a atenção dos trabalhadores de sua principal tarefa, a destruição do capital e do Estado. Os anarcossindicalistas, por outro lado, veem a luta cotidiana das classes trabalhadoras como sendo de tremenda importância. Eles acreditam que a redução das horas de trabalho é uma grande benção já que, depois de um longo dia de trabalho, o trabalhador está tão cansado que não tem tempo ou energia para os problemas sociais ou as questões comunais; ele conhece apenas uma necessidade – o descanso físico. Um longo dia de trabalho, de fato, o transforma em um animal labutador. A mesma importância é dada pelos anarcossindicalistas ao aumento dos salários. Quando os salários estão baixos, há destituição; quando há destituição, há ignorância, e um trabalhador empobrecido

ignorante não pode ser um revolucionário, porque ele não tem oportunidade para perceber ou apreciar sua dignidade humana e porque ele não pode entender a estrutura de exploração que o oprime.

Como os anarquistas da Primeira Internacional reagiram a estas questões? O primeiro congresso da Internacional passou uma resolução dizendo que “no estágio presente da produção, os trabalhadores devem ser apoiados na sua luta por aumentos salariais”. Além disso, o congresso notou que o objetivo máximo do movimento trabalhista é a “destruição do sistema de trabalho contratado” e ele portanto recomendou um sério “estudo das maneiras e meios econômicos para atingir este objetivo, fundado na justiça e no apoio mútuo”.

O segundo congresso da Internacional, realizado em Lausanne em 1867, aceitou a mesma resolução. O terceiro congresso, se reunindo em Bruxelas, de 6 a 13 de setembro, debateu a questão das greves, da federação entre associações de trabalho e do estabelecimento de Conselhos de Coordenação especiais cuja tarefa seria determinar se uma determinada greve era legal ou útil. O congresso então aprovou uma resolução dizendo:

Este congresso declara que a greve não é uma arma para a total libertação do trabalhador, mas que ela se torna frequentemente necessária na luta entre o trabalho e o capital na sociedade moderna; é essencial portanto submeter as greves a certas regras para que elas possam ser convocadas somente em tempos propícios, e com a garantia da organização competente.

Quanto à organização das greves, é essencial que uniões operárias de resistência existam em todos os ofícios, e que essas uniões estejam federadas com todas as outras uniões operárias em todos os países...

Para determinar a duração e a legalidade das greves, uma comissão especial composta por delegados sindicais deve ser estabelecida em cada localidade.

Na questão da redução da jornada de trabalho, o congresso declarou que “a redução das horas de trabalho é uma condição primária para cada melhoria na posição dos trabalhadores, e por essa razão este congresso decidiu começar a agitar em todos os países para a realização deste objetivo por meios constitucionais”.

No quarto congresso da Internacional em Basel durante setembro de 1869 – este foi o penúltimo congresso –, o delegado francês, o carpinteiro Pindy, leu um artigo sobre a questão das uniões operárias de resistência (como os sindicatos eram chamados na época) no qual ele incidentalmente expressou pensamentos que mais tarde se tornaram básicos ao sindicalismo revolucionário francês, e que desde então foram

afirmados continuamente por aqueles anarquistas que agora se chamam anarcossindicalistas. Pindy disse que, em sua visão, as uniões operárias devem se unir com cada outra em federações locais, nacionais e, finalmente, internacionais. Na sociedade futura, também, os sindicatos deveriam se unir em comunas livres, lideradas por conselhos de delegados dos sindicatos. Estes conselhos iriam regular as relações entre os vários ofícios e tomariam o lugar das instituições políticas contemporâneas. O congresso aprovou uma resolução proposta por Pindy, que afirmava que os sindicatos devem, “nos interesses de seu ramo de indústria, reunir toda a informação essencial, considerar problemas comuns, conduzir greves e se preocupar com sua conclusão bem-sucedida até a hora em que o sistema de trabalho contratado for substituído pela associação de livres produtores”. Este, de acordo com os arquivos de todos os congressos, era o ponto de vista ideológico dos anarquistas que participaram da Primeira Internacional quanto à questão operária.

Mas a Internacional não era uma organização dominada por anarquistas. Ela incluía marxistas, blanquistas e mutualistas-proudhonianos, socialistas e até mesmo democratas radicais. Como então alguém pode atribuir o programa da Internacional aos anarquistas daqueles dias? O mero fato de serem membros da Internacional não é o suficiente, já que eles poderiam ter sido a minoria e ter discordado do ponto de vista das resoluções que foram adotadas. A questão é justificada, apesar de não completamente, já que, se os anarquistas não tivessem concordado com as resoluções, haveria alguma evidência de seu protesto nos próprios congressos e mais tarde em sua imprensa, um método usado por eles sempre que diferiam da opinião do Conselho Geral em Londres. Entretanto, existe uma grande porção de material adicional que mostra que, até o congresso de Hages, os anarquistas aceitaram o programa da Internacional completamente.

Temos apenas que nos referir aos trabalhos e às cartas de Bakunin. Seus panfletos, “A Política da Internacional”, “A Organização da Internacional”, “União Revolucionária Universal”, assim como vários outros, provam esta discussão clara e convincentemente. Porém, para tornar o assunto mais correto, não devemos confiar somente nos panfletos de Bakunin, mas também considerar as seguintes citações dos documentos da Federação do Jura, que então encabeçava o movimento anarquista teórico e prático, assim como várias citações do programa que Bakunin estabeleceu para a “Aliança Social-Democrática”.

Como o programa da Aliança está relacionado com a questão do movimento operário em discussão aqui? O parágrafo 11 afirma que a terra, como todo outro capital, é uma ferramenta de produção da sociedade como um todo, para ser utilizada apenas pelo povo trabalhador, ou seja, as associações industriais e agrícolas dos trabalhadores. O parágrafo V contém uma tese que ainda é parte dos princípios fundamentais do anarcossindicalismo moderno, mas que é negada por muitos anarco-comunistas. Ela toma a pergunta – o que deve substituir o Estado existente? – e faz a seguinte declaração: “A Aliança reconhece que todos os Estados políticos e autoritários modernos, limitados crescentemente às simples funções administrativas essenciais à sociedade, devem ser dissolvidos em uma união internacional de associações agrícolas e industriais livres”.

O congresso da Federação Românica em Chaux-Le-Fonds em 1870 aprovou uma resolução que permanece válida até hoje, pelo menos para a fração sindicalista dos anarquistas comunistas, e que deve ser citada em sua totalidade:

Considerando o fato de que a libertação total do trabalho é possível somente nas condições da transformação da estrutura política existente, que é sustentada por privilégio e poder, em uma sociedade econômica fundada em igualdade e liberdade, e que todo governo ou Estado político representa somente a organização da exploração burguesa cuja expressão é a lei jurídica, e que qualquer participação da classe trabalhadora na política governamental burguesa pode resultar somente no fortalecimento da estrutura existente que por sua vez paralisaria as atividades revolucionárias do proletariado, o congresso da Federação Românica recomenda a cada seção da Internacional o repúdio a todas as atividades que buscam a reorganização social por meio de reformas políticas. Ele sugere ao invés disso a concentração de todos os esforços na criação de sindicatos federados como a única arma capaz de assegurar o sucesso da revolução social. Tal federação seria o representante verdadeiro do trabalho, seu parlamento, mas seria independente e estaria completamente fora da influência do governo político.

Quanto às formas da sociedade futura, as seções do Jura da Internacional as visualizaram da mesma forma que Bakunin as visualizou e os anarcossindicalistas atuais ainda visualizam. No jornal “Solidariedade” de 20 de agosto de 1870, em um artigo intitulado “Unificação Geográfica”, lemos: “No futuro, a Europa não consistirá de uma federação de diferentes nações, organizadas politicamente em repúblicas, mas de uma simples federação de união operária sem nenhuma distinção de acordo com a nacionalidade”.

Este, então, era o programa trabalhista do movimento anarquista desde a formação da Internacional até a desintegração da Federação do Jura em 1880 quando, em seu último congresso, suas seções aceitaram o título do comunismo anarquista.

Uma análise do programa trabalhista da Internacional e sua aplicação prática leva inevitavelmente a uma falha fundamental que fatalmente afetou o desenvolvimento do movimento operário. Esta falha era a discrepância entre a teoria e a prática. Nós vimos que a Internacional declarou a libertação econômica dos trabalhadores como o objetivo do movimento operário, e os sindicatos como sua base. A conclusão lógica e natural teria sido que a Internacional fosse constituída no princípio da federação de sindicatos organizados de acordo com os ofícios. Ao invés disso, ela foi fundada na associação de seções compostas de todos os tipos de elementos diferentes. A culpa inteira disto não pode, é claro, ser colocada na Internacional; a ausência de experiência histórica, e as condições específicas nas quais a associação foi forçada a existir e se desenvolver, são claramente razões compreensíveis. No entanto, permanece o fato de que a organização seccional da Internacional era sem dúvida uma das principais razões para a queda e desintegração daquela organização magnífica. O movimento anarquista moderno se beneficiou de sua experiência histórica, e a segunda Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em Berlim em 1922, foi construída sob o princípio da unificação, não das seções, mas das associações industriais em vários países.

A estrutura seccional da Internacional e de suas federações fatalmente reagiu sobre o movimento anarquista em sua forma pura. O que aconteceu foi que, quando os anarquistas, após a divisão da Internacional, se organizaram em uma Internacional Federalista, eles mudaram as seções por grupos, e, por causa do declínio desta organização, eles não perceberam que desta forma eles mudaram um movimento operário de massa, permeado com o espírito anarquista, por um simples movimento de grupos anarquistas que possuíam pouco contato orgânico com o movimento operário.

Com o tempo, o estranhamento se tornou crescentemente mais evidente. O anarquismo começou a perder seu ponto de apoio prático e se voltou cada vez mais para a teoria. Como resultado, o movimento foi invadido por pessoas que tinham pouca, ou até mesmo nenhuma, conexão com as classes trabalhadoras. Elas eram idealistas que buscaram sinceramente a libertação do proletariado, mas, não tendo sido amadurecidas na luta revolucionária e vendo a libertação desejada não saciada durante o período esperado, elas se tornaram desiludidas com os esforços em grupo, usando armas que

poderiam mais efetivamente precipitar os resultados desejados. É nesta psicologia que devemos buscar as raízes das atitudes sindicalistas que, estou profundamente convencido, causaram grande prejuízo ao anarquismo e inibiram seu crescimento progressivo como um movimento operário de massa.

Eu continuarei agora com a discussão de outros problemas que estavam sob constante consideração na Internacional em geral, e em suas seções federalistas em particular. Eu não tenho disponíveis as resoluções do primeiro congresso sobre todos os itens de sua ordem do dia. Mas, já que a maioria destes assuntos também foi discutida durante os congressos subseqüentes, é possível, por referência aos seus arquivos, delinear o programa da Internacional no tocante a estas questões.

Antes, todavia, de começar nossa exposição do programa, uma questão muito importante na ordem do dia do segundo congresso deveria ser tratada, particularmente porque ela amplifica e esclarece o programa trabalhista já discutido. É a questão que não somente manteve sua urgência para nossos próprios dias, mas que também forma o obstáculo básico para a união no movimento anarco-comunista, assim como um alvo para ataques socialistas na disputa sobre a ditadura do proletariado.

A questão foi formulada da seguinte maneira:

Os esforços das associações operárias para a libertação do quarto estado (o proletariado) não levariam à criação de uma nova classe – o quinto estado – cuja posição sob o socialismo poderia ser ainda mais terrível que a posição do proletariado sob o capitalismo?

O fato de que tal questão foi levantada é em si mesma significativa. Ele mostra, primeiramente, a grande maturidade no pensamento socialista dos membros da Internacional e, em segundo lugar, ele aponta para o senso de responsabilidade e precaução no tocante à solução de problemas sociais complexos. Esta questão, eu acredito, surgiu dentro da Internacional parcialmente porque alguns membros estavam propagando a ideia da ditadura do proletariado, com a qual uma maioria não concordava. Os profetas da ditadura logo deixaram os internacionalistas alertas à possibilidade de que a nova sociedade, construída na tese da substituição do Estado por uniões operárias, poderia criar condições em que o proletariado se tornaria a classe dominante suprimindo outras classes – por exemplo, a camponesa. O congresso não negou tal possibilidade; ele parecia realmente admiti-la, mas, não tendo alternativa, somente poderia recomendar métodos que poderiam mais ou menos contrapor a possibilidade de resultados tão indesejáveis do ponto de vista do socialismo. O

congresso aprovou uma resolução na qual afirmava que, para evitar a formação de uma nova hierarquia exploradora, seria necessário que as uniões operárias fossem permeadas com os ideais de ajuda mútua e solidariedade e que o proletariado fosse convencido de que uma sublevação social deve levar à justiça e não à criação de novos privilégios, mesmo para sua própria classe.

Em uma época em que o movimento anarquista estava sendo moldado pela experiência viva como um movimento das massas operárias, tais dúvidas eram normais e totalmente justificadas, e a decisão do congresso foi perfeitamente natural. Quando o capitalismo não havia ainda amadurecido inteiramente e as organizações operárias haviam apenas começado a funcionar em uma base revolucionária, os membros do congresso não poderiam ter tido nenhuma outra decisão que a tentativa de levantar o nível de consciência nas classes trabalhadoras. A necessidade para isto permanece, hoje, tão forte quanto antes. Mas ela não é mais a única necessidade.

Agora o pensamento anarquista se tornou maduro e ele deve, além disso, operar em condições completamente diferentes das circunstâncias econômicas daqueles dias. Hoje a questão delineada acima pode ser levantada apenas para os socialistas de Estado, que tentam estabelecer uma ditadura de classe na forma de um Estado classista. Para anarquistas, que buscam a destruição do Estado e sua substituição pelas federações de associações produtivas, a questão é ridícula. Ela é ridícula porque o anarquismo, ao organizar a sociedade desta maneira, envolve toda a população adulta trabalhadora nas associações produtoras, independentemente de suas posições sociais anteriores, ou seja, as classes são destruídas de uma vez e portanto não pode haver nenhuma questão de domínio de classe. Entretanto, um problema diferente pode ser levantado agora: a organização comunista da sociedade não resultaria na supressão do indivíduo de uma forma mais severa do que o individualismo capitalista?

A pergunta é justificada e nós não podemos negar tal possibilidade inteiramente. Mas a sociedade irá descobrir, eu acredito, meios suficientemente efetivos para prevenir a materialização desta possibilidade. Quanto ao problema do domínio de classe, os anarco-comunistas e os anarcossindicalistas diferem fortemente nesta questão. Os anteriores insistem, obviamente em erro, que a sindicalização levariam ao domínio de classe, ou seja, à ditadura. No entanto, eles mesmos não têm nada a oferecer no lugar do mal que eles preveem.

Para passar às questões remanescentes, à parte das uniões operárias, a cooperação em todas as suas formas era um assunto quente nos dias da Primeira

Internacional, e nos vários congressos muita atenção era dada a este movimento. A ordem do dia de cada congresso continha itens tanto sobre cooperativas em geral como em aspectos específicos do movimento. No primeiro congresso, por exemplo, os seguintes itens foram discutidos: cooperativas, organização do crédito internacional, sociedades de apoio mútuo. No segundo congresso: como as classes trabalhadoras poderiam utilizar, para o propósito de sua libertação, as poupanças depositadas em instituições financeiras burguesas e governamentais. No terceiro congresso – o crédito.

Tal insistência mostra o quanto o proletariado internacional daqueles dias estava interessado na questão das cooperativas. Nos nossos tempos, por causa dos esforços anarquistas para desenvolver programas positivos e práticos, esta questão está novamente na ordem do dia. Por essa razão, é importante aprender como ela foi resolvida por nossos ilustres predecessores.

As decisões do primeiro congresso no tocante a esta questão não estão disponíveis. No segundo congresso, na questão da poupança dos trabalhadores, Charles Longuet falou em favor de organizar um sistema de crédito proudhoniano-mutualista com bancos operários nacionais que proveriam empréstimos livres de juros aos trabalhadores. Eccarius sugeriu que as cooperativas trabalhadores de artesãos e as uniões operárias deveriam usar seu capital para a organização de associações produtivas. O terceiro congresso aceitou estas propostas em resoluções recomendando o estabelecimento de bancos populares que proviriam as organizações trabalhistas com capital.

A seção inglesa falou sobre cooperativas. Sem negar a utilidade de organizações cooperativas, indicou uma tendência perigosa perceptível numa maioria destes órgãos na Inglaterra, que estavam começando a se desenvolver em instituições puramente comerciais e capitalistas, logo criando a oportunidade para o nascimento de uma nova classe – a burguesia trabalhadora. Em seguida a este relato, o congresso aprovou uma resolução recomendando que o principal propósito das cooperativas deve ser mantido constantemente vivo – “retirar das mãos dos capitalistas privados os meios de produção e retorná-los aos seus donos por direito, os trabalhadores produtivos”. [2] Este, então, era o ponto de vista da Internacional. Ele mostrou o devido respeito neste assunto às utopias proudhonianas e owenistas, que até hoje são advogadas por social-cooperadores e por alguns anarquistas.

Não há dúvida, é claro, que as cooperativas são instituições muito úteis. Para os anarquistas, trabalhar em cooperativas de massa é tão necessário e tão útil quanto

trabalhar em sindicatos. Mas isso não significa que a cooperação é a varinha de condão pela qual a estrutura capitalista possa ser transformada em um comunismo anarquista. Muitos internacionalistas realmente acreditaram nisso, e logo surgiu sua atitude entusiástica perante a cooperação. Outros, como Bakunin, viam muito além, percebendo o grande papel positivo que as cooperativas desempenhariam na estrutura futura da nova sociedade, mas olhando elas no estágio presente com indiferença. “A experiência dos últimos vinte anos”, Bakunin escreveu, “uma experiência única que alcançou seu mais amplo alcance na Inglaterra, na Alemanha e na França, provou conclusivamente que o sistema cooperativo, enquanto sem dúvida contém a essência da estrutura econômica futura, não pode, no momento presente sob as condições presentes, libertar ou mesmo melhorar a qualquer extensão considerável os padrões de vida do povo trabalhador”. A última parte do depoimento de Bakunin foi verificada pela experiência, enquanto a primeira está apenas começando a ser confirmada.

Muitos anarquistas na Espanha até hoje, se não a maioria aqui, apresentam uma atitude hostil irreduzível perante as cooperativas, e eles logo cometem o mesmo erro imperdoável dos anarquistas russos no período de 1905-1906. Não é possível propor algum tipo de anarco-cooperativismo, mas não se pode negar a utilidade das cooperativas à população trabalhadora. E, à parte de tudo isto, não se pode esquecer que as cooperativas, seja as cooperativas cristãs ou as trabalhadoras, são organizações de massa, e logo provém um tremendo campo para a propaganda e a atividade cultural anarquista. Nós devemos nos lembrar do ponto de vista de Bakunin, citado acima, que as cooperativas contém a essência da estrutura econômica futura. Isso é indubitavelmente verdadeiro e, em vista deste único fato, não é recomendável repetir os erros do passado.

O problema da educação, também, esteve frequentemente na ordem do dia dos congressos da Primeira Internacional. O terceiro congresso adotou uma resolução nessa questão, enquanto o quarto deixou a discussão do problema para a sessão seguinte. Reconhecendo que no tempo presente a organização da educação racional era impossível, o congresso “convidou suas seções a organizarem cursos públicos com um programa de educação científica, profissional e integral, para assim complementar pelo menos parcialmente a educação totalmente inadequada disponível aos trabalhadores no presente”. O congresso considerou a redução da jornada de trabalho uma condições essencial e preliminar. Em um de seus artigos posteriores, “Educação Compreensiva”, Bakunin concordou completamente com esta resolução. Este artigo, assim como vários

outros neste assunto, e particularmente os trabalhos de Robin, estabeleceu a fundação para a teoria da educação operária livre que é aceita hoje por todo o povo culto. E por isso a Internacional merece muito crédito. Uma resolução do segundo congresso excluiu o Estado da esfera da educação e assegurou total liberdade à educação e à instrução. A interferência do Estado deveria ser permitida somente quando o pai da criança não podia prover os fundos necessários para sua educação.

Quanto ao Estado em si, a Internacional começou a repudiá-lo definitivamente somente após as seções separadas terem se organizado na Internacional Federalista. Até essa separação, ela não pôde decidir finalmente a se separar deste pernicioso conceito; esta irresolução, é claro, não teria sido mantida sem a influência de Marx, apesar dos próprios anarquistas não estarem tão claros quanto ao assunto, se não em princípio, pelo menos em forma.

Quanto à luta política, a Internacional – até a cisão no congresso de Hague em 1872 – se colocou contra a atividade em linhas parlamentares e de partidos políticos. No congresso de Lausanne ela adotou uma resolução que dizia que “já que a ausência de liberdade política em um país apresenta um obstáculo à iluminação social do povo e à libertação do proletariado, o congresso declara: (1) que a libertação social dos trabalhadores é indivisível de sua libertação política e (2) que o estabelecimento da liberdade política é a necessidade primeira e incondicional em cada país”.

Enquanto aprovava tal resolução, o congresso não obstante reagia negativamente à participação na luta política; ao invés disso, ele continuou a funcionar apenas em um plano econômico. E quando Marx e seus seguidores no congresso de Hague decidiram adicionar aos estatutos uma resolução relacionada às atividades políticas das classes trabalhadoras, a cisão ocorreu. Os anarquistas e seus seguidores preferiram se manter em sua antiga posição e a advogar o ganho da liberdade política por meio da luta econômica.

Mais uma questão permanece a ser discutida – aquela da propriedade da terra. Daí em diante, poderemos nos voltar para uma análise das teses fundamentais da internacional e de suas declarações de princípios como expressas no preâmbulo aos estatutos, assim como um exame de seus conceitos organizacionais. A questão da propriedade da terra foi considerada no congresso de Basel em 1869, o quarto congresso – o único no qual Bakunin esteve presente. Em face à oposição pelos marxistas, este congresso aprovou uma resolução na socialização da terra e na abolição do direito de herança. Quanto à primeira questão, a Internacional votou pela abolição da propriedade

privada e pelo estabelecimento da propriedade coletiva da terra. Quando, entretanto, se veio à consideração dos métodos de organizar a agricultura, o congresso não teve visões unificadas. Nesta segunda questão, uma maioria de trinta e dois, contra vinte e três marxistas, votaram pela resolução de Bakunin cuja sentença conclusiva se lia: “O congresso vota pela completa e radical abolição do direito à herança, considerando esta uma das condições essenciais para a libertação do trabalho”. Esta foi a primeira colisão das tuas tendências a Internacional, que foram representadas pelas personalidades de Marx e Bakunin.

Agora, examinemos os estatutos da Internacional. Sua filosofia inteira e seus princípios fundamentais, aceitos como artigos de fé por todos os socialistas convictos do mundo até hoje, estão expressos no preâmbulo a estes estatutos. As declarações são incontestáveis e sua formulação é concisa, admirável e expressiva. Eles são:

1. A libertação das classes trabalhadoras deve ser obra das próprias classes trabalhadoras.
2. A luta pela libertação dos trabalhadores não deve em nenhum caso ser uma luta por privilégios de classe e monopólios mas pelo estabelecimento de direitos e obrigações iguais para todos e a abolição de todo domínio de classe.
3. A subjugação econômica dos trabalhadores aos proprietários dos meios de produção, que são a fonte da vida, é a causa da servidão em todas as suas formas, de miséria social, da degeneração espiritual e da dependência política.
4. A libertação econômica dos trabalhadores é o grande objetivo ao qual todos os movimentos políticos devem estar subordinados.
5. Todos os esforços até o presente para realizar esta grande tarefa permaneceram sem sucesso por causa de uma falta de solidariedade entre os trabalhadores de vários ofícios em cada país, e por causa da ausência de união fraterna e organização entre as classes trabalhadoras de diferentes países.
6. A libertação do trabalho não é uma tarefa local ou nacional, mas um problema social envolvendo todos os países onde a estrutura moderna existe, e sua solução depende na cooperação prática e teórica entre os países mais progressivos.
7. A classe trabalhadora, que está levantando novas esperanças em sua verdadeira regeneração nos países mais industrializados da Europa, levanta um aviso solene contra um retrocesso aos velhos erros e clama imediatamente pela unificação de todos os movimentos os quais, até agora, estiveram divididos.

8. Todas as organizações e indivíduos que são membros da Internacional reconhecem a verdade, a justiça e a moralidade como os princípios básicos para seu comportamento perante si e perante todos os povos sem diferença de raça, credo ou nacionalidade.

9. Eles consideram seu dever exigir os direitos do homem e do cidadão não somente para si mesmos mas para todos que cumprem suas obrigações. Não há deveres sem obrigações; não há obrigações sem direitos.

Tal era o programa da Internacional – a filosofia do movimento operário de massa que não foi rejeitada até hoje por um único anarquista, e que jaz na raiz dos ensinamentos de Bakunin, da Federação do Jura e de Kropotkin. O mesmo não é verdadeiro dos marxistas, que logo se afastaram de certos conceitos da Internacional. O primeiro a fazê-lo foi o próprio Marx, e dessa maneira ele foi responsável pela cisão na Internacional.

Quais eram os princípios organizacionais da Internacional? Seu exame irá concluir este contorno de seu programa, e do programa dos anarco-coletivistas, ou bakuninistas. Os estatutos da Internacional, aceitos no primeiro congresso, não designaram quaisquer direitos administrativos ao Conselho Geral. O único direito designado a ele foi o de mudar o local do congresso seguinte, mas não sua programação. O conselho, portanto, não era o órgão central administrativo mas somente uma ligação e um birô de correspondência e seus membros eram eleitos pelo congresso. As seções individuais eram independentes do conselho e tinham o direito a seus próprios programas e constituições, desde que estes não estivessem em contradição com os princípios gerais dos estatutos adotados. Cada seção tinha o direito de eleger, dentre seus membros, correspondentes ao Conselho Geral da organização, e pagava taxas de acordo com seu número de membros para cobrir as despesas do conselho. Finalmente, cada seção tinha o direito de mandar um delegado ao congresso, independente do número de seus membros, mas as seções contendo mais de 500 tinham o direito de mandar delegados adicionais para cada 500 membros. Cada delegado ao congresso, não importando quantas seções ele poderia representar, possuía um voto.

É interessante notar que, no quarto congresso, havia evidência, por um lado, de uma tendência a adaptar a estrutura da Internacional à estrutura imaginada da nova sociedade, enquanto, por outro lado, o congresso, sobre a liderança de Bakunin, designava autoridade administrativa ao Conselho Geral. Ironicamente, foi pelo uso desta

nova autoridade no congresso seguinte que Marx conseguiu acertar as contas com o próprio Bakunin e seus amigos.

Na questão de permitir a existência de presidentes em instituições e organizações operárias, o congresso adotou a seguinte resolução:

Ao passo que é indigno para uma organização operária reter em seu meio um princípio monarquista e autoritário permitindo a existência de um presidente (mesmo se o último não tem poderes), o congresso convida todas as seções e organizações operárias que são membros da Internacional a abolir o conceito da presidência em seu meio.

Ao mesmo tempo, outra resolução, pela qual Bakunin e seus amigos votaram, designou ao Conselho Geral grandes poderes administrativos. A ilogicidade dos anarquistas neste ponto pode ser explicada pelo fato que Bakunin acreditava que o conselho era mais revolucionário que muitas das seções. Os poderes garantidos por esta resolução eram como segue:

O Conselho Geral tem o direito de aceitar seções na Internacional, ou a recusar a aceitação até o próximo congresso geral. O Conselho Geral tem também o direito de fechar ou dissolver seções antigas.

Em caso de conflito entre seções individuais de qualquer país, o Conselho Geral é apontado arbitrariamente até o próximo congresso que sozinho tem a autoridade para tomar uma decisão final.

No decorrer de três anos, o conselho abusou destes direitos a uma extensão tal que provocou forte protesto da parte de muitas seções que estavam preparadas para abolir o Conselho Geral completamente. Algumas delas foram mais além; elas negaram a necessidade de quaisquer estatutos na organização como um todo. A reação de Bakunin a esta tendência é bastante interessante. Em uma carta a Albert Richard, ele observou:

Você escreveu, meu querido amigo, que você é um inimigo de todas as constituições e você defende que elas não servem para nada além da diversão de crianças. Eu não compartilho totalmente suas visões nesse ponto. A regimentação supérflua é de fato abominável, e eu acredito, assim como você, que “pessoas responsáveis” devem elas mesmas traçar um curso para seu comportamento e não desviar dele.

Entretanto, concordemos em uma coisa. Para assegurar alguma unidade de ação, na minha visão essencial mesmo entre os mais responsáveis dos homens que lutam pelo único e mesmo objetivo, certas condições e certas regras específicas, igualmente regulando a todos, são requeridas. Deve haver acordos e tratados, frequentemente renovados. De outra forma, se todo mundo agisse somente de acordo com seu próprio julgamento, mesmo os homens mais sinceros

poderiam, e certamente iriam, chegar a um ponto em que, com a melhor das intenções, eles iriam na verdade obstruir e paralisar uns aos outros. O resultado seria desarmonia ao invés da harmonia e da calma à qual todos nós aspiramos. Nós devemos saber como, quando e onde achar uns aos outros, e a quem recorrer para que consigamos a cooperação de todos. Uma pequena unidade, bem organizada, tem maior valor que uma que é maior, mas desorganizada e mal-adaptada.

Logo, na questão da organização, Bakunin e os anarquistas se dedicaram, e toleraram, um erro imperdoável – uma retirada dos princípios federalistas fundamentais. E os tristes resultados não demoraram em mostrar sua aparência. Esta experiência prova que não se deve sacrificar princípios fundamentais mesmo nos interesses de atingir as melhores intenções.

Se nós adicionarmos à exposição já dada a declaração adotada pelos bakuninistas quando eles estabeleceram a Internacional Federalista no Congresso de St. Imier, um relato completo terá sido dado do movimento anarquista nos dias da Primeira Internacional, tanto antes quanto depois da clivagem naquela organização.

O texto desta declaração será citado abaixo. Primeiro, contudo, devemos discutir as resoluções do congresso. Isso é essencial porque as resoluções e a declaração juntas formam o programa no qual os anarquistas conduziram suas atividades depois do racha na Internacional até o declínio de sua seção federalista, ou seja, até 1879 e um pouco além.

A primeira resolução estava preocupada com princípios organizacionais. É declarado que a autonomia e a independência das federações operárias e seções é uma condição fundamental para a libertação dos trabalhadores. Adiante, a resolução não garantia ao congresso nenhum direito legislativo ou executivo, concedendo um papel conselheiro apenas. A resolução também rejeitou a ideia de que uma minoria deva se submeter às visões da maioria. A segunda resolução mantinha que, no caso de um atentado sobre a liberdade de uma federação ou seção pela maioria de qualquer congresso, ou por um conselho geral estabelecido por aquela maioria, todas as outras federações e seções devem se declarar em solidariedade com a organização atacada.

A quarta resolução tratava da estrutura para a “resistência do trabalho”, ou seja, a luta econômica do proletariado. Esta resolução postulava a impossibilidade de atingir qualquer melhoria substancial nos padrões de vida dos trabalhadores sob o capitalismo; ela considerava as greves importantes armas na luta, mas não tinha ilusões quanto aos seus resultados econômicos.

Greves, para os federalistas, eram o meio de intensificar a clivagem entre a burguesia e o proletariado. A terceira resolução, que eu enxergo como a Declaração, realmente representa o programa da organização, e por essa razão será citada em sua totalidade.

Ao passo que a tentativa de forçar no proletariado um programa político e uma tática uniformes, uma única maneira para a libertação social completa, é tão absurda quanto as alegações de reação; ao passo que ninguém tem a autoridade para negar às federações e seções autônomas seu direito inquestionável a decidir independentemente e a empregar a tática política que consideram mais adequada, e acreditando que quaisquer tentativas de negação levariam tragicamente ao dogmatismo mais ultrajante; ao passo que as aspirações do proletariado não podem ter nenhum propósito além da construção de organizações e federações econômicas incondicionalmente livres, baseadas na igualdade e no trabalho de todos e inteiramente independentes de qualquer governo político; ao passo que essas organizações e federações podem ser o resultado somente da ação irreduzível do próprio proletariado, dos sindicatos de artesãos e das comunas autônomas; ao passo que toda organização política pode ser o órgão de dominação para o benefício de apenas uma classe, ao invés de pelas massas como um todo, e ao passo que o proletariado, se decidisse tomar o poder, poderia ele mesmo se tornar a classe dominante e exploradora, o congresso, se reunindo em St. Imier, declara:

1. Que a destruição de todo poder político é a primeira obrigação do proletariado;
2. Que a criação do poder político revolucionário ostensivamente temporário para a realização de tal destruição pode ser somente uma nova traição e se provaria tão perigoso para o proletariado quanto todos os outros governos existentes no tempo presente;
3. Que, ao rejeitar toda concessão na realização da revolução social, proletários de todas as terras devem estabelecer a solidariedade da ação revolucionária livre de toda a política burguesa.

Com esta resolução eu estou concluindo meu exame e minha análise do movimento anarquista em seu primeiro período. Eu acredito que eu fui bem-sucedido em enfatizar não todos, mas os aspectos positivos e negativos, as conquistas e as falhas mais significativas do movimento nos dias da Primeira Internacional. É aparente que o caráter geral do movimento é muito similar àquela corrente no anarquismo contemporâneo que se desenvolveu sob o nome de anarcossindicalismo. Muitos de seus princípios estão na raiz do chamado sindicalismo românico, que é indubitavelmente o herdeiro imediato da Primeira Internacional, apesar de, é claro, ter crescido em diferentes condições econômicas e históricas, que resultaram em algumas diferenças inevitáveis entre essas duas tendências no movimento operário.

Quase simultaneamente ao desenvolvimento no ocidente da Internacional, um movimento análogo emergiu e se desdobrou no lado oposto da Europa, na Rússia. Ele diferiu da Internacional da mesma maneira que as condições históricas e econômicas variaram. Na Europa, devendo à evolução do capitalismo, o proletariado já era um fato estabelecido. Na Rússia, entretanto, o proletariado estava então apenas em sua infância, e muitos observadores duvidaram até mesmo que a Rússia desenvolveria uma classe proletária, já que eles viam o caminho do desenvolvimento econômico lá como sendo totalmente diferente daquele na Europa ocidental.

A Rússia naqueles dias era um enorme oceano camponês, e por essa razão os elementos revolucionários basearam suas atividades primariamente no campesinato. Eles dedicaram ao proletariado pouco pensamento. Similarmente, as condições políticas diferiam fortemente daquelas da Europa ocidental. Lá, a liberdade política já existia, ao passo que na Rússia, depois do “liberalismo” de vida curta de Alexandre II, havia chegado uma era sombria e opressora de despotismo asiático. Em adição a isto, os próprios camponeses tinham somente há alguns anos cessado de ser servos verdadeiros.

Em tais circunstâncias, uma organização revolucionária emergiu entre pessoas jovens que tinham originalmente se unido em pequenos grupos culturais, e foram eles os responsáveis pela mais magnífica e heroica época do movimento revolucionário russo. Este movimento é conhecido pelo nome de “populismo” (narodichestvo – o movimento de “ir até o povo”) ou “zemlovolchistvo” – combinando as palavras “zemlya” (terra) e “volya” (liberdade), o nome de sua organização e publicação, Terra e Liberdade. Mais tarde, o movimento foi também chamado de “narodnovolchistvo” (socialismo populista).

A história deste movimento é complexa e colorida, mas nós infelizmente não podemos destrinchá-la, já que isso nos levaria muito para longe do assunto principal. Por essa razão devemos nos restringir apenas a um exame do programa e das bases táticas do movimento. No começo, duas tendências lutavam entre si dentro do movimento – os lavrovistas e os bakuninistas. Mas a luta não durou muito. Os bakuninistas em breve se tornaram o elemento dominante, e o anarquismo se tornou o programa. É este anarquismo que vamos examinar. Esta não é uma tarefa tão fácil já que, até agora, não existem revisões gerais, nenhuma pesquisa histórica ou resumos nessa questão. É portanto necessário utilizar fatos espalhados e fragmentados, memórias e jornais daquela época.

O primeiro órgão anarquista na língua russa foi publicado em 1868, não na Rússia, mas no exterior. Seu nome era “Dielo Truda”, e seu editor era Bakunin. A partir de sua segunda edição, entretanto, ele caiu nas mãos de Nicholas Utin, e cessou daí por diante de ser anarquista. Já que esta publicação não foi particularmente importante para o movimento russo, que começou seu desenvolvimento vários anos mais tarde, não iremos discuti-lo. O primeiro órgão anarquista russo no território russo foi a revista “Natchalo” (Começo), que cessou sua publicação com sua quarta edição. Foi seguida pela publicação “Zemlya i Volya” (Terra e Liberdade), que desempenhou um papel tremendamente importante no movimento revolucionário russo, e esta iremos discutir.

Toda atividade revolucionária nos anos setenta do último século foi baseada – na minha concepção – em uma visão errada do povo russo, uma ideia ainda guardada até hoje por muitos anarquistas. Esta ideia era que as tendências anarquistas eram naturais ao povo russo. Na primeira edição de “Natchalo” nós lemos: “O povo russo, por causa de condições históricas específicas, possui uma mentalidade anarquista, e ele ainda não adotou, como outras nações, ideias estadistas e instintos burgueses. Apesar do princípio de propriedade privada, que é sancionado por lei, ele exige uma redistribuição geral da terra e, a despeito de seu jugo tártaro milenar de Estado e feudalismo, ele ainda sonha com uma vida livre e desagrilhoada. Sua filosofia de vida é representada pela fórmula 'Terra e Liberdade' – uma fórmula que é fundamentalmente socialista”.

Foi nesta premissa que o movimento baseou todo seu programa e seus esforços táticos. Já que o povo não podia esperar nada do governo, “ele tinha somente uma rota de fuga de sua existência destituída servil: a derrubada violenta da ordem existente na forma da revolução social”. A luta do povo russo se expandiria em uma série completa de revoltas, tanto agora quanto no futuro, e os revolucionários decidiriam sua própria atitude perante as revoltas. Não poderia, é claro, haver nenhuma outra atitude do que a de aprovação. E a conclusão lógica era: ir entre o povo e o excitar e o preparar para a rebelião. Surtos locais, se multiplicando e se espalhando, cresceriam em uma tremenda rebelião – a revolução social que tornaria possível a realização do seguinte programa:

1. O Estado baseado em privilégio deve ser substituído por federações estabelecidas por meios da livre associação das comunas autônomas sem qualquer coerção por uma autoridade central;
2. A terra e os meios de produção são a propriedade de todo o povo;
3. O trabalhador é o único dono dos frutos de seu trabalho;

4. A troca do último para assegurar igual distribuição é o trabalho das comunas aldeãs federadas e dos sindicatos;
5. A igualdade política e social completa, a incondicional liberdade de consciência, expressão, pesquisa científica, associação e reunião.

Os revolucionários acreditavam que a realização deste programa estava no alcance da visão; os eventos estavam se movendo rapidamente e os socialistas deveriam se preparar para o futuro. Como os internacionalistas na Europa, que consideravam os sindicatos como as organizações econômicas que tomariam o lugar do governo, os populistas russos avançaram a comuna aldeã, a “obschtchina”. “A comuna aldeã”, eles diziam, “que é uma forma de associação econômica envolvida no processo da história russa, contém dentro de si as sementes da destruição do Estado e do mundo burguês”. Daí a demanda para uma federação de comunas aldeãs.

A realidade revolucionária em breve levou à resistência armada ao governo, ao terrorismo; e o ocorrido levou o povo à desilusão com a luta econômica e o campesinato. Alguns revolucionários, de fato, começaram a empurrar a revolução social no pano de fundo, enquanto enfatizavam exigências constitucionais.

A mesma coisa que havia ocorrido na Internacional estava acontecendo na Rússia. A proposta de um programa político e uma tática de luta política levaram a um rompimento que destruiu o movimento inteiro apesar dos fogos de artifício brilhantes e fascinantes aos quais o grupo do “Narodnaya Volya” (A Vontade do Povo) deu expressão na sua luta terrorista titânica. O rompimento ocorreu no meio de 1879, e em 1882 o movimento já estava esmagado e estrangulado.

II. O PERÍODO CONSTRUTIVO DO ANARQUISMO

Os primeiros dois períodos no desenvolvimento do socialismo e do anarquismo – períodos de socialismo “utópico” e “científico” – foram seguidos no fim do século dezenove pela era do socialismo construtivo. Até aquela época, todas as tentativas de considerar a forma da sociedade futura e todas as questões relacionadas à sua estrutura haviam sido sarcasticamente rotuladas como prematuras e utópicas.

Entretanto, vale a pena notar que o próprio Bakunin havia se preocupado com o problema da construção, na crença de que não se pode destruir o velho sem ao menos ter um plano básico para o novo. O principal fator no processo de construção, na visão

de Bakunin, seria a internacional de comunas industriais, suplementada por associações agrícolas.

O advento da Comuna de Paris forçou as pessoas a prestarem ainda mais atenção aos aspectos construtivos do socialismo. E, durante todo o período de sua existência, a Primeira Internacional esteve a trabalho clarificando as tarefas da sociedade futura. Em seu congresso de Bruxelas em 1874, os delegados discutiram relatos da Federação do Jura e de Caesar de Paepe sobre “serviços públicos na futura sociedade”. O relato de Caesar de Paepe abordou não somente todos os assuntos formulados na Plataforma – cinquenta anos mais tarde – mas também vários outros que estão faltando na Plataforma, os quais no entanto não devem ser ignorados.

O sindicalismo revolucionário nasceu no final do século dezenove. Sua aparição na arena da história marca uma grande vitória para as tendências construtivas do anarquismo. Vários anarquistas que foram ativos no movimento sindicalista soldaram juntos os futuros dos dois movimentos, e sob sua influência o sindicalismo absorveu crescentemente as ideias do comunismo e do federalismo anarquistas, até que ele não pôde mais ser chamado de nada além de anarcossindicalismo. Por exemplo, o livro de Pautaud e Pouget, “Como Alcançar a Revolução Social”, foi escrito do ponto de vista anarquista – uma opinião, incidentalmente, verificada pelo relato de Piotr Kropotkin sobre o livro.[3]

Desde o começo do século vinte, a maioria das publicações anarquistas russas publicadas no exterior – como “A Conquista do Pão” (Khlieb i Volya) e os panfletos conectados a ele; como “O Petrel Tempestuoso” (Burevestnik), “O Mundo do Trabalho” (Rabotchi Mir), “A Voz do Trabalho” (Golos Truda) – trouxeram muita atenção ao anarquismo construtivo.

Com a Revolução Russa de 1917, os problemas de construção começaram a dominar o pensamento nos círculos anarquistas não somente na Rússia, mas em todas as partes do mundo. Os primeiros entre eles a perseguirem a linha do anarquismo construtivo foram os anarcossindicalistas. As páginas de suas publicações (“Voz do Trabalho”, “Voz Livre do Trabalho”, “Mundo do Trabalho” e outras) estavam cheias de artigos sobre esse assunto. Eles realizaram uma corajosa campanha contra a atitude caótica, disforme, desorganizada e indiferente então avassaladora entre os anarquistas – um ponto de vista que levantou uma grande quantidade de hostilidade a eles.

As primeiras duas conferências dos anarcossindicalistas em 1918 estabeleceram claramente e em considerável detalhe as características políticas e econômicas dos

primeiros estágios da nova estrutura social.[4] O Congresso de Anarquistas da Região Norte que se reuniu logo após a primeira conferência dos anarcossindicalistas formulou todo o seu programa sobre esse assunto.[5] E a primeira conferência das “Organizações Anarquistas na Ucrânia” (NABAT), que se reuniu no intervalo entre a primeira e a segunda conferências dos anarcossindicalistas, considerou todos os pontos postulados quase dez anos mais tarde na Plataforma de 1927.[6] E no mesmo ano de 1918, “A Primeira Escola Técnica Soviética Central” publicou uma declaração estabelecendo as questões que ainda agora estão em discussão. A conferência da NABAT em 1919 de novo empreendeu a elaboração de questões organizacionais e estruturais.[7] E uma proclamação dos “anarco-universalistas” em 1921 sugeriu respostas a todos os problemas fundamentais da construção e das atividades no primeiro período estrutural.[8]

À parte destes esforços coletivos para resolver os problemas da construção, indivíduos como Piotr Kropotkin tentaram visualizar a sociedade futura. Durante 1918, em “A Conquista do Pão”, Kropotkin descreveu o caráter de uma futura cidade-comuna, e, como um resultado das experiências da Revolução Russa, ele levantou uma série de questões vitais e teses novas aos anarquistas.[9] Sua afirmação “Não somos tão ricos quanto pensamos” leva o anarquismo ao campo de uma “ideia complementar”, já que o assunto não é mais “ao destruir eu construirei”, mas “ao construir eu destruirei”. Mais adiante, “Anarquismo Moderno”[10] de Kropotkin foi igualmente de grande importância e proveu um estímulo ao pensamento na direção do planejamento construtivo.

Este trabalho de planejamento construtivo começou na Rússia, e em breve se espalhou por sobre as fronteiras e inundou todo o mundo anarquista. Os anarcossindicalistas alemães prestaram e continuam a prestar grande importância aos problemas da construção. Sua publicação “Der Syndikalist” continha muitos artigos discutindo as tarefas construtivas do proletariado revolucionário.[11] As conferências e reuniões da Associação Internacional dos Trabalhadores se preocupavam particularmente com problemas organizacionais e estruturais. E em quase todas as conferências nacionais das organizações anarcossindicalistas ou sindicalistas revolucionárias na Europa ocidental estas questões estiveram continuamente na ordem do dia. Por exemplo, na conferência de Berne chamada em vinte e seis de setembro de 1922 para comemorar o cinquentenário do congresso de St. Imier, as seguintes questões foram debatidas:

1. Como derrotar e destruir a velha ordem.
2. Como prevenir a queda da revolução como resultado da criação de uma nova autoridade.
3. Como assegurar a continuidade e a reconstrução da vida econômica. Bertoni, Malatesta, Fabbri e muitos outros companheiros participaram desta discussão.

E então havia os esforços dos anarcossindicalistas e dos anarquistas exilados. O “Rabotchi Put”, publicado em Berlim, foi devotado quase exclusivamente às questões da construção. Nas páginas de “Golos Truzhenika” (Voz do Homem Trabalhador), publicação do IRM, estes assuntos foram discutidos tanto editorialmente quanto por contribuições de companheiros anarquistas. O mesmo pode ser dito do “Arbeiterfreund” (Amigo do Trabalho), publicado em Paris.

Muitas outras publicações estiveram quase inteiramente preocupadas em encontrar soluções aos problemas da construção de uma nova sociedade depois da revolução social. Havia o jornal “La Voix du Travail” (A Voz do Trabalho) em Paris[12], “Syndicalisme”, órgão da organização sindicalista da Suécia, sob a edição do anarquista Albert Jensen, “Die Internationale”, publicação dos anarcossindicalistas alemães, editada por Augustin Souchy, o semanal “La Protesta” dos anarquistas argentinos, e outros, enquanto, é claro, é impossível enumerar os vários artigos individuais cobrindo estes problemas.

Tal, então, era o temperamento dos tempos. O próprio ar estava cheio de ideias de uma natureza organizacional e construtiva. E a Plataforma publicada por “Um Grupo de Anarquistas Exilados” em 1927 foi portanto não uma causa, mas o resultado do estado agitado das mentes anarquistas. É portanto muito surpreendente que esta Plataforma tenha recebido o crédito por todos os tipos de conquistas pelas quais ela não foi responsável.[13]

III. A SITUAÇÃO GERAL

A Plataforma foi portanto um dos muitos produtos no mundo anarquista do processo de fermentação intelectual depois da Primeira Guerra Mundial, e, em particular, depois da Revolução Russa. É, todavia, possível declarar de uma vez que a cristalização deste processo em uma Plataforma se deu de uma maneira bastante disforme. Tanto pela sua forma de apontar as questões quanto pelo seu método de

resolvê-las, a Plataforma foi incapaz de prover um liderança unificada fosse para o movimento anarquista em geral ou para os grupos anarco-comunistas em particular. Mesmo que se admitisse que os anarco-comunistas poderiam ter se unido com tal programa, a união teria sido rompida na primeira tentativa de lidar com as omissões das quais a Plataforma abunda. Sua parte construtiva é tão primitiva que ataca apenas alguns problemas como produção, suprimento de comida, terra e a proteção da revolução, e ela ignora os problemas do transporte (em particular o livre movimento das pessoas), as estatísticas, as condições de vida, a religião, a educação, a família, o casamento, os serviços higiênicos e sanitários, o florestamento, as estradas e rodovias, o transporte marítimo, o crime e a punição, o trabalho e o seguro de saúde e muitos outros, incluindo questões surgindo da situação geral de um país revolucionário circulado pelo capitalismo internacional.

A Plataforma sofreu ainda de outra falha importante: confusão. Para tomar um exemplo, os autores, percebendo a impossibilidade das comunicações simultâneas da indústria e da agricultura e o atraso da última em comparação com a anterior, não retiraram conclusões desta percepção e não fizeram nenhuma tentativa de determinar o relacionamento devido, da necessidade surgida entre a indústria socializada e o gerenciamento capitalista privado da terra. Contudo, diversos problemas referentes a comércio, finança, bancos etc. se desenvolveriam a partir desta coexistência admitida.

Esta confusão se torna ainda mais aparente quando os autores da Plataforma declaram: “É significativo que, apesar do poder, da lógica e da irrefutabilidade da ideia anarquista, apesar da solidez e da integridade das posições anarquistas na revolução social... apesar de tudo isto o movimento anarquista permaneceu fraco, e na história da luta da classe trabalhadora ele foi apenas um fato trivial, um acidente, nunca um fator dominante”.

É interessante notar que a incrível confusão e o absurdo desta coleção de princípios e argumentos passaram despercebidos por aquelas publicações anarquistas que estiveram primariamente preocupadas com os problemas e argumentos apresentados pela Plataforma. Todavia, mesmo na primeira leitura, as “verdades” proclamadas pela Plataforma são transparentes em sua loucura e em suas inconsistências que beiram o cômico. Vamos classificar estas “verdades” sob seus mais importantes títulos.

1. O Poder do Anarquismo. O símbolo do poder de uma ideia sócio-política é o número de seus aderentes, a profundidade e a extensão da simpatia que ela comanda. De acordo com isso, o poder de uma ideia está indissoluvelmente ligado à força do movimento servindo esta ideia. Onde há força – não pode haver fraqueza. Se o anarquismo é forte, então ele não é fraco. Os autores da Plataforma, entretanto, conseguiram afirmar que o anarquismo é ao mesmo tempo forte e fraco, que a água pode de uma vez ser quente e fria! Eles confundiram vitalidade com poder.

2. A Irrefutabilidade do Anarquismo. Ninguém irá negar que dois com dois fazem quatro. É uma verdade aceita. Logo, a aceitação de um axioma implica em concordância geral. Já que, na opinião da Plataforma, o anarquismo é irrefutável, ele é então automaticamente aceito de uma forma geral. Se é assim, nunca poderia ter sido apenas um “fato trivial”, como a Plataforma insiste, mas um fator poderoso!

3. A Solidez do Anarquismo. Se a verdade do anarquismo foi demonstrada, seus conceitos devem necessariamente ser definitivos e claros. Não é hora então de parar de castigar o anarquismo por “oscilações incessantes na esfera das questões mais elementares de teoria e tática”? Se, porém, estas oscilações são um fato, então o anarquismo é até agora ambíguo e não distinguível nem pela lógica nem pela clareza. Lógica e oscilação não são consistentes um com o outro.

4. Integridade das Posições Anarquistas na Revolução Social. De novo isto contradiria os oscilações supostamente existentes. Se as posições anarquistas na revolução social são marcadas pela integridade e pela solidez, então por que todo este estardalhaço? E, por outro lado, como poderia “a solidez e a integridade” propor não um, mas vários programas nos quais as teses anarquistas de revolução social não são idênticas e, de fato, até mesmo diferem fortemente? Mas se os autores da Plataforma expressam uma ansiedade tão profunda sobre a necessidade para uma organização que poderia “determinar um curso político e tático para o anarquismo”, é evidente, de fato, sua convicção de que ainda não existe completa “solidariedade e integridade” no programa anarquista. Por que, então, eles declaram o oposto?

O repúdio à lógica e ao senso comum na Plataforma não é menos significativo que as falsas verdades proclamadas por seus autores. Mas todas as contradições e repúdios possuem uma origem comum: a ignorância da história de nosso movimento, ou, mais corretamente, a noção de que a história de nosso movimento foi introduzida pela Plataforma... e que o caos e a ignorância reinavam antes de sua proclamação. Aos autoproclamados “pioneiros”, o anarquismo nos dias da Primeira Internacional, quando ele havia capturado os movimentos operários em vários países, era apenas um “fato trivial”, um episódio acidental. O anarquismo nos países latinos, onde por vários anos o ponto de vista anarquista prevaleceu, foi apenas um acidente, sem qualquer significância. O anarquismo naqueles países em que as organizações sindicalistas revolucionárias estão bem desenvolvidas, direta ou indiretamente sob a influência de ideias anarquistas, não é considerado pelos autores da Plataforma um fator valioso no crescimento do movimento operário... de novo, ele é apenas um “fato trivial, um episódio”.

Este tipo de avaliação de todo o anarquismo pré-Plataforma é estreito e ridículo demais para ser discutido extensamente. Por mais doloroso que seja para os autores da Plataforma, o movimento anarquista existia muito antes de eles terem feito sua aparição.

IV. DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

O “Grupo de Anarquistas Russos Exilados” emergiu no papel de médico ao movimento anarquista doente. Ninguém negaria o fato de que o movimento estava de fato sofrendo de “desorganização crônica geral”. Todos estavam de acordo quanto aos sintomas; mas havia discordâncias consideráveis quanto às causas fundamentais da doença, assim como as curas que logicamente seguiriam uma determinação destas causas.

Os autores da Plataforma, por exemplo, consideraram diversas causas, das quais a mais importante era a “ausência no mundo anarquista de princípios organizacionais e relacionamentos organizacionais”. Contudo, na introdução à Plataforma, eles apontaram que esta ausência não era ela mesma uma causa, mas meramente o resultado de outra causa! Eles afirmaram que “a própria desorganização tem raízes em distorções de uma natureza ideológica, no conceito falsificado do elemento pessoal no anarquismo e sua identificação [do que – do anarquismo ou do conceito do elemento pessoal?] com irresponsabilidade”. Quando se tenta esclarecer a massa incontrolável de silogismos sobre causa e efeito, a conclusão é inevitável, derivando como deriva da posição da

própria Plataforma, que as razões mais importantes para a desorganização no movimento anarquista são “distorções de natureza ideológica”.

Esta conclusão, porém, se mostra bastante inconclusiva, pois a Plataforma também afirma que no anarquismo há “oscilações incessantes nas mais importantes questões de teoria e tática”. Se isso é verdade, então como pode qualquer tipo de “organização” ou “relacionamento organizacional” ser esperado? Eles somente se tornam possíveis quando as oscilações tiverem cessado ou, pelo menos, quando elas deixarem de agir em uma larga (ou mesmo “incessante”) escala.

Esclarecendo adiante as teses da Plataforma, nós chegamos à conclusão lógica de que a causa real da “desorganização geral crônica” é de fato as “oscilações nas mais importantes questões de teoria e tática”, e que quaisquer outras falhas não são mais que consequências desta causa. Pode ser que os autores da Plataforma tivessem como intenção resultados diferentes. Mas, tendo sido pegos no labirinto de contradições onde a causa e o efeito se tornam confusos, eles concluíram com uma confusão de palavras que pode inspirar pouca atenção séria.

E se, por sua vez, os “vários anarquistas russos” haviam tentado em sua Resposta uma análise realmente séria das causas das deficiências no movimento anarquista, então eles não teriam se apressado com sua declaração de “discordância” com as conclusões da Plataforma. Pois, na análise final, nós descobrimos que a falha fundamental indicada pela Plataforma, nominalmente “as oscilações incessantes nas mais importantes questões de teoria e tática”, é também trazido pela Resposta; “obscuridade em várias de nossas ideias fundamentais” é a maneira com que os autores da Resposta a expressam. A diferença está em formulação, não em essência. Pois, se no anarquismo há de fato “oscilações” ou “obscuridade”, então certamente nem programa, nem tática, nem organização podem ser erguidos em fundações tão inseguras. Porém, enquanto a Plataforma simplesmente ignora as oscilações e tenta construir por sobre as fundações trepidantes, a Resposta acredita mais logicamente que o “estabelecimento de um programa e uma organização sérios é impossível sem primeiro alcançar a liquidação das oscilações teóricas” (página 5).

Em adição à “obscuridade de nossas ideias fundamentais”, a Resposta lista várias outras razões para as deficiências no movimento anarquista, “dificuldade de ganhar aceitação para as ideias anarquistas na sociedade contemporânea”, “o nível intelectual das massas do presente”, “crueldade e repressão total”, “rejeição anarquista

consciente da demagogia”, “recusa por parte dos anarquistas a usar organizações artificialmente erguidas e a impor disciplina artificial”.

Nós concordamos que as deficiências no movimento anarquista podem ser causadas pelas causas “fundamentais” acima mencionadas. As primeiras três, contudo, são fatores externos; eles funcionam fora do movimento e podem apenas temporariamente retardar seu crescimento. Mas dificilmente parece possível que haja maiores dificuldades hoje no caminho da disseminação das nossas ideias do que, digamos, há cinquenta anos atrás. É igualmente difícil acreditar que o “nível intelectual das massas do presente” cresceu consideravelmente em comparação com o passado. Ou pode ser que os autores da Resposta acreditam que o anarquismo é mais facilmente aceitável pelas massas retrógradas? Falando geralmente, em qualquer caso, todos estes fatores reagem igualmente sobre outras ideologias socialistas, e ainda entre eles o quadro é diferente daquele em nosso movimento.

O mesmo pode ser dito quanto à “repressão”. Também havia repressão no passado, e ela não era usada apenas contra os anarquistas. Os anarcossindicalistas alemães sempre caminharam por sobre um caminho de espinhos, particularmente durante a guerra, todavia eles são hoje incomparavelmente mais fortes do que eram antes da guerra. É estranho defender que uma luta batalhada por um movimento revolucionário consciente e necessariamente evocando repressão deveria ser agora considerado uma razão para a fraqueza do movimento.

Considerar a “rejeição da demagogia” uma causa de fraqueza é admitir indiretamente que a demagogia é uma fonte real de poder. E se a Resposta considera a “rejeição consciente da demagogia” uma fonte de fraqueza, então de fato só pode haver uma única conclusão: se voltar para a demagogia e assim se tornar forte. Agora, entretanto, se sabe geralmente que, apesar da demagogia poder assegurar sucesso temporário, ela nunca até agora assegurou poder permanente para aqueles que a usaram. Pelo contrário, o resultado final sempre foi trágico. A experiência bolchevique com este ponto deveria ser conclusiva o bastante. E mesmo no próprio movimento anarquista a “rejeição consciente da demagogia” não foi sempre predominante. Os manifestos de Gordin nos anos de 1917-1918 são um exemplo interessante de demagogia. O artigo “Social Democracia nos Eventos Vienenses” (Dielo Truda no. 28) também confunde a afirmação da Resposta.

E quanto à última causa de fraqueza do movimento sugerida pela Resposta, nominalmente a “recusa por parte dos anarquistas a usar organizações erguidas

artificialmente e a impor disciplina artificial”, certamente os autores da Resposta não puderam perceber o que estavam dizendo. Eles mesmos não afirmaram que todos os métodos artificiais resultavam somente “na força temporária dos partidos políticos”, uma força “fútil em substância”? Deveria o movimento anarquista então, negar sua própria rejeição, baseada em princípio, e tentar se tornar forte desta maneira? Mas se tais meios artificiais são somente “temporários” e “fúteis em substância”, então sua rejeição não deveria ser considerada uma fonte de fraqueza. De onde vem toda esta confusão?

Logo, a conclusão inevitável é a de que de todas as causas apontadas pela Resposta, somente uma permanece intacta – a mesma sugerida pela Plataforma – “obscuridade em várias de nossas ideias fundamentais”.

V. SOBRE A FRAQUEZA DO MOVIMENTO

Afirmar, depois de Bakunin e Kropotkin, que as ideias anarquistas são obscuras é, para dizer o mínimo, ingenuidade. Se os autores da Plataforma e da Resposta tivessem castigado as oscilações de anarquistas individuais ou de mentes anarquistas obscuras individuais, seria possível ter concordado com eles. Mas é impossível – pelo processo expediente de transportar o fardo de ombros doentes a saudáveis – alegar obscuridade nas ideias anarquistas fundamentais.

Quais ideias a Resposta considera obscuras?

Primeiro há a concepção de revolução social. Contudo, precisamos apenas nos voltar para Bakunin para achar em seus escritos uma exposição perfeitamente clara e definitiva do significado de revolução social, de suas manifestações e do caminho que ela deve tomar. Quem quer que tenha lido suas formulações, não pode mais falar de obscuridade na “concepção de revolução social” anarquista. Similarmente, Bakunin nos proveu com uma concisa interpretação do problema da violência, as formas que ela pode tomar, seu uso e suas limitações.

Ainda mais conclusiva é a evidência existente de que não há obscuridade na concepção anarquista de ditadura, como alegado pela Resposta. De fato, este assunto foi esclarecido particularmente pelos debates entre Bakunin e Marx: e o leitor faria bem em pegar os trabalhos de Bakunin, particularmente seus ensaios sobre “O Estado e a Anarquia”, assim como “O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social”. Bakunin também escreveu bastante sobre a questão de “A Criatividade das Massas e das Organizações”.^[14]

O único aspecto do problema que permaneceu sem esclarecimento era como proceder durante o “período de transição”. É verdade que esta questão ainda não se assentou no pensamento anarquista, apesar do próprio Bakunin ter reconhecido sua importância. É, todavia, uma questão técnica, metodológica, ligada aos procedimentos práticos a serem utilizados no estabelecimento do comunismo anarquista.

Logo, somos forçados a concluir que as razões para a fraqueza do movimento anarquista e para sua condição desorganizada não são nem a “obscuridade em várias de nossas ideias fundamentais” na qual a Resposta insiste, nem os “oscilações incessantes nas mais importantes questões de teoria e prática” como a Plataforma defende.

A fraqueza do movimento, em suma, não é o resultado da ambiguidade teórica do anarquismo como uma teoria sócio-política e filosófica. As causas devem ser buscadas em um outro nível completamente diferente; elas não possuem nada em comum com os conceitos fundamentais do anarquismo.

* * *

O socialismo, como o anarquismo, passou por uma fase de incerteza, divisão e disformidade. Isso foi durante um período em que seus protagonistas defenderam, como os autores da Plataforma agora defendem, completa união e uniformidade em programa e tática. Quando tal uniformidade geral se mostrou impossível e mesmo perigosa, começou um processo de desintegração e uma quebra do socialismo em diferentes facções. Grupos separados emergiram, com teorias, táticas e atividades divergentes. E aquele momento proclamou a evolução do socialismo como uma força real na realização prática de seus ideais.

É nossa convicção profunda de que o anarquismo, também, deve passar por uma evolução similar. A uniformidade pela qual tanto a Plataforma quanto a Resposta lutam, cada uma à sua maneira, não é possível. O resultado não seria anarquismo, mas anacronismo.

O processo de divisão do anarquismo em facções tem sido lento. Tempo suficiente ainda não passou para que as várias seções se cristalizassem em unidades coletivas largas e bem definidas. Tal é o caso com o anarco-comunismo, que já se dividiu em anarco-comunismo e anarcossindicalismo. Nós excluimos daqui a discussão do anarco-individualismo, que é uma típica visão burguesa e está, portanto, além de nosso campo de ação.

Um exemplo de unificação lógica é a Associação Internacional dos Trabalhadores – a internacional anarcossindicalista que se tornou possível depois da

formação em países individuais de organizações nacionais homogêneas baseadas nos conceitos teóricos e táticos fundamentais do anarquismo. Todas as organizações, ao se juntarem à Associação Internacional dos Trabalhadores, aceitam o programa e os princípios da internacional anarcossindicalista, mas, ao mesmo tempo, seu conceito federalista deu a cada organização individual a oportunidade de desenvolver seu próprio programa, em conformidade com a situação no país correspondente. Para o movimento anarquista viver e crescer, este precisa se manter como o princípio condutor da organização.

Uma das razões para a fraqueza do movimento anarquista será encontrado, portanto, no ainda incompleto processo de divisão do anarquismo em frações, grupos ou “partidos” claramente definidos. Se isto parece paradoxal, é, não obstante, uma realidade.

A segunda razão para a fraqueza do movimento anarquista é a sua inabilidade de se adaptar às realidades da vida, o que limita suas atividades exclusivamente à propaganda. Tal atividade pode ocupar apenas algumas pessoas, pois a maioria, particularmente os membros comuns, em breve perdem interesse na propaganda pura. Ela se degenera em dialética, na constante repetição de uma fórmula, ou então em apatia, desilusão e, finalmente, deserção.

O homem requer o contato com a realidade; ele não pode existir por muito tempo no meio do ar. Esta necessidade natural por atividade leva homens dinâmicos a todos os tipos de atividades “práticas” deformadas; aos atentados a bomba na França ou ao terror e expropriação desmotivados na Rússia. E como o anarquista comum se mantém ativo? Ele rejeita a luta parlamentar; ele rejeita a participação em assuntos municipais. Para muitos companheiros, os sindicatos não são suficientemente revolucionários já que se preocupam com lutas mesquinhas, e são portanto um perigo à “pureza” anarquista, enquanto nas cooperativas esses companheiros veem uma instituição burguesa com tendências exploradoras. E o tempo inteiro os grupos anarquistas permanecem pequenos. O anarquista deve necessariamente atuar dentro de um “vácuo de Torricelli”; ele deve se satisfazer com debates volúveis, com a distribuição de panfletos, jornais e folhetos; ele deve se silenciar sobre questões diárias – e manter seus olhos, enquanto rejeita o mundo a seu redor, no objetivo final em direção ao qual o caminho é ainda apenas um conceito abstrato. De fato, sempre que as massas maiores pensam em termos concretos, os anarquistas parecem determinados em instilar abstrações nelas.

O que está faltando em nosso movimento é uma base de realismo, a habilidade de ajustar a teoria às necessidades práticas dos trabalhadores. Essa falta, todavia, está sendo preenchida pelas frações sindicalistas do anarquismo. O anarcossindicalismo expandiu a esfera de atividade de seus membros; ele estabeleceu instituições preocupadas com a luta material e com as atividades cotidianas. Esta é a explicação para seu sucesso em comparação com o anarco-comunismo, em todos os países onde ele criou raiz. E se o anarcossindicalismo continuar a estender os horizontes da atividade pública para seus membros, a criar mais de suas instituições, então seu sucesso irá crescer na mesma medida.

VI. A TEORIA

A seção teórica da Plataforma não contém nada de original. Apesar das “oscilações incessantes” e das “distorções de natureza ideológica”, os autores da Plataforma apresentam a mesma teoria do anarquismo com a única diferença de que várias “distorções de natureza ideológica” são introduzidas pelos próprios autores.

Logo, sob o título A Luta de Classes, Seu Papel e Significância, eles dizem que “na história das sociedades humanas, a luta de classes sempre proveu o principal fator na determinação de sua forma e estrutura” (página 7). Esta é uma verdade amplamente aceita – só que de maneira contrária! Não é a luta de classes que determina a forma de uma sociedade, mas o oposto: a luta de classes é o resultado da estrutura econômica da sociedade. De acordo com isso, a outra afirmação dos autores da Plataforma que a “estrutura sócio-política de todo país é antes de tudo o produto da luta de classes” (página 8) soa bastante ridículo, já que – apesar da luta de classes influenciar a estrutura da sociedade – ela com certeza não a determina. Esta tolice teórica, além de mal representar a filosofia anarquista, leva os autores da Plataforma a um novo absurdo quando eles falam da “significância universal da luta de classes na vida das sociedades de classe” (página 8) – uma afirmação sem dúvida motivada por um desejo de definir sua oposição àquelas tendências no anarquismo que rejeitam ou minimizam a luta de classes.

Se, de fato, a luta de classes fosse universal, então ela sem dúvida teria sido não meramente o mais vital, mas o único fator na evolução da sociedade. O anarquismo não admite um princípio tão monístico. A luta de classes influencia muitos aspectos da vida na sociedade contemporânea, mas isto não significa que ela tem a significância universal designada a ela pela Plataforma.

Os autores da Plataforma, de fato, brincam de forma bastante boba com esta frase, “a luta de classes”. Logo, na página 9, eles declaram triunfantemente que “a luta de classes, surgindo do servilismo e do desejo milenar do povo trabalhador por liberdade, imbuíu as fileiras dos oprimidos com o ideal do anarquismo”. Anteriormente, sempre havia se entendido que a luta de classes era o resultado da distribuição desigual da riqueza material que surgia do sistema econômico capitalista; o servilismo e o desejo de liberdade certamente não são os responsáveis por um fenômeno de surgimento relativamente recente como a luta de classes. Mas os autores da Plataforma não levam em consideração nem os fatos históricos da evolução social nem a teoria anarquista como afirmada por Bakunin, Kropotkin e seus seguidores.

Adiante, as “revisões” que a Plataforma propõe são difíceis de serem reconciliadas com a lógica. Logo, sob o título “A Necessidade da Revolução Violenta”, nós encontramos a seguinte afirmação: “O progresso na sociedade moderna, nominalmente, o desenvolvimento técnico do capital e o aperfeiçoamento de seu sistema político, fortalece a posição das classes dominantes e torna a luta contra elas mais difícil. Logo, o progresso adia o momento decisivo para a libertação do trabalho” (página 8). Uma afirmação tão obviamente tola deveria logicamente ter forçado os autores destes pensamentos originais a mudar o título deste capítulo para: “A Necessidade da Pausa Violenta no Progresso na Sociedade Moderna”, pois sua opinião é a de que, se o progresso continua, a hora da libertação do trabalho é automaticamente empurrada para mais e mais longe. E já que a libertação do trabalho é o nosso objetivo, nós devemos nos livrar do progresso.

Kropotkin via a conexão entre progresso e a luta por libertação de uma maneira completamente diferente. Analisando a vida da sociedade, ele descobriu que, com o progresso – técnico, espiritual e de outra forma – os hábitos comunistas surgiam entre os homens e a liberdade é portanto trazida para mais perto. Mas aparentemente seria errado buscar em Kropotkin uma explicação das contradições e dos absurdos dos “plataformistas”, que parecem acreditar que a realização do anarquismo está ligada intimamente com um retorno à mais primitiva economia social. Nós gostaríamos de sugerir a estes autores que parem de escrever em países tecnicamente desenvolvidos e se mudem – com sua Plataforma como bagagem – para a Abissínia e o Baluquistão.

Os lapsos teóricos destes filósofos meio crus do anarquismo não estão ausentes de seus outros capítulos. Quando eles definem o próprio anarquismo (no capítulo intitulado “Anarquismo e Comunismo Anarquista”, os autores da Plataforma veem nele

a aspiração para “transformar a sociedade burguesa capitalista presente em uma que asseguraria ao povo trabalhador sua liberdade, sua independência, sua igualdade social e política e os frutos de seu trabalho” (página 9). Aqui os autores introduzem outra “revisão” nos conceitos fundamentais do comunismo anarquista, trocando o princípio “a cada de acordo com sua necessidade” com um novo lema “a cada de acordo com seu trabalho”. Por que esta substituição? Pois, se a sociedade assegura ao operário somente os frutos de seu trabalho e não a satisfação de suas necessidades, então a desigualdade irá permanecer. Um homem pode produzir mais do que ele precisa e acumular o seu lucro, enquanto outro pode não ser capaz de produzir o suficiente para sua manutenção. Mais uma vez haveria o rico, proprietário do capital, e o pobre que teria menos que o mínimo requerido para a vida. O resultado seria a mesma desigualdade econômica que conhecemos hoje. E, sempre que há desigualdade, não pode se falar de liberdade, de independência, de igualdade social e política. De fato, não é possível que nenhum desses resultem do lema “a cada de acordo com seu trabalho”. E mesmo que os autores da Plataforma chamem de anarco-comunista a sociedade que eles ergueriam nos princípios que eles propõem, ela na realidade não seria nem anarquista nem comunista.

Para ter certeza, eles concluem o capítulo mencionado acima com a verdade elementar de que o objetivo do anarco-comunismo é na verdade “de cada de acordo com sua habilidade, a cada de acordo com sua necessidade”. Mas eles interpretam esta verdade “à sua própria maneira”, querendo dizer a garantia ao trabalhador dos “frutos de seu trabalho”. Igualar estas duas proposições – isso novamente é prova de ignorância dos princípios básicos do anarquismo.

Mas continuando. O capítulo “Rejeição da Democracia” abre com o seguinte imperativo categórico: “Democracia é uma das formas da sociedade capitalista burguesa” (página 11). É óbvio que os autores da Plataforma jogaram no mesmo saco a democracia parlamentar e a democracia propriamente dita. O anarquismo é, em análise final, nada mais que a democracia na sua forma mais pura e mais extrema. Os plataformistas categoricamente rejeitam a democracia sem entender nem sua natureza nem seu fundamento. Eles afirmam, por exemplo, que “a democracia deixa intocado o princípio da propriedade privada”. Democracia atual? Sim. Democracia anarquista? É claro que não. É essencial determinar o verdadeiro caráter da democracia em contraste a suas perversões – um processo que é completamente ignorado pelos autores da Plataforma, como um resultado, mais uma vez, de sua ignorância crônica.

Nós não devemos nos estender nas “revisões” menos importantes destes “teóricos” confusos. Há um grande número, e seria enfadonho lista-las todas. Vamos nos voltar ao invés disso para o processo pelo qual os autores da Plataforma alegam pôr em prática seus princípios teóricos fundamentais. Mas, antes de fazê-lo, seria útil apontar que os companheiros que escreveram e assinaram a “Resposta de Alguns Anarquistas Russos à Plataforma Organizacional” acreditavam que sua própria atitude perante a revolução social “não difere da breve expressão de ponto de vista na 'Plataforma'”, e que capítulos da Plataforma como “Anarquismo e Comunismo Anarquista”, “Rejeição da Democracia”, “Rejeição do Estado e da Autoridade”, “que não são mais do que resumos extremamente concisos de conceitos anarquistas que foram há muito estabelecidos e esclarecidos, não levantam nenhuma objeção substancial por nossa parte”.

Nós tomamos conhecimento desta franca admissão por parte dos autores da Resposta. O nível de ignorância em nossas fileiras é evidentemente mais baixo do que pensávamos!

VII. O PARTIDO, O INDIVÍDUO E AS MASSAS

A “Associação Geral de Anarquistas”, o “coletivo ideológico” cuja necessidade é reforçada pela Plataforma, parece em análise final, e particularmente à luz de explicações suplementares que foram publicadas nas páginas de “Dielo Truda”, ser nada mais do que um partido anarquista – e um partido bastante centralizado. O papel deste partido anarquista, que incidentalmente não difere muito do partido bolchevique na questão de liderança, está disfarçado na Plataforma sob o conceito de “liderança ideológica”.

Não há nada anti-anarquista em uma organização em “partido” por si só. Tanto Bakunin quanto Kropotkin falaram frequentemente da necessidade de organizar um partido anarquista, e até hoje a organização dos anarquistas escandinavos é conhecida como um partido. Partido não necessariamente significa poder, ou a ambição para comandar o Estado. A questão não está no nome, mas em seu conteúdo, na estrutura organizacional do partido, nos princípios sobre os quais ele foi fundado.

Que objetivo a Plataforma coloca perante o Partido Anarco-Comunista Russo? A realização de uma sociedade anarco-comunista. E isso, sem dúvida, é anarquismo em sua totalidade. Mas que princípios organizacionais são colocados para determinar o

relacionamento entre os membros individuais e o partido como um todo, entre o partido e as massas, e a organizações de massa em particular?

A Plataforma declara inequivocamente que o princípio central é o do federalismo (página 30). Mas, como a Resposta corretamente aponta, “os autores da 'Plataforma' muito frequentemente recorrem a interpretações parlamentares para diversos princípios anarquistas fundamentais que, como resultado destas interpretações, retêm apenas sua camada externa, escondendo um conteúdo completamente diferente”. E essas interpretações parlamentares enfatizam o caráter centralizado do federalismo da Plataforma. Nada, de fato, permanece de federalismo além do título neste centralismo democrático que seria característico de qualquer outro partido político.[15]

A Plataforma afirma o fato amplamente conhecido de que “o anarquismo sempre avançou e defendeu o federalismo, que combina a independência das pessoas e das organizações com sua iniciativa e serviço na causa comum” (página 30). Entretanto, quando a Plataforma é obrigada a determinar o “caráter federalista da organização anarquista”, transparece que ele é demonstrado não pela autonomia dos grupos e das associações de grupos, mas somente por uma “garantia para cada membro da organização (...) de independência, do direito ao voto, da liberdade e da iniciativa pessoal” (página 31).

Parece, então, que o Partido Anarco-Comunista desistiria de prender qualquer um que se juntasse a ele! As prerrogativas, obviamente, são muito sedutoras. E, de fato, aos membros da organização é dada uma possibilidade de iniciativa – mas aparentemente somente a membros, não a grupos ou associações. No entanto, mesmo essa iniciativa tem um caráter especial – o caráter “plataformista”. Cada organização (ou seja, a associação de membros com o direito à iniciativa individual) tem seu secretariado que preenche e dirige as atividades ideológicas, políticas e técnicas da organização (Plataforma, página 31). Em que, então, consistem as atividades autônomas dos membros comuns? Aparentemente em uma coisa: iniciativa para obedecer o secretariado e para desempenhar suas diretivas. Subindo a escada hierárquica “para a coordenação das atividades de todas as organizações” (ou seja, de todos os secretariados), “um órgão especial conhecido como o Comitê Executivo da Organização”, deve ser estabelecido.

Qual a tarefa deste comitê? “A orientação ideológica das atividades das associações de acordo com a ideologia comum e com as táticas comuns da associação” (página 31). Onde, neste plano, aparece a autonomia? Muitos partidos patriotas da

Europa ocidental são baseados em uma liberdade bem maior para suas seções componentes do que o projetado Partido Anarco-Comunista, que parece depender exclusivamente das atividades de um secretariado burocrático.

Em seu programa oposicionista, o bolchevique Saprónov, enquanto falava da estrutura do Partido Comunista, a descreveu como se segue: “A célula é subordinada à secretaria; as secretarias das células estão subordinadas à secretaria do Comitê do Partido, em cujas mãos está o controle do comitê. As secretarias dos comitês locais estão subordinadas à Secretaria Geral para com quem, de fato, o Comitê Central é responsável”.

O leitor terá pouca dificuldade em perceber que a estrutura do partido dos bolcheviques russos e do pequeno punhado dos anarquistas-comunistas russos exilados são de fato a mesma. Não há dúvida de que os resultados também seriam os mesmos. Se, de acordo com as afirmações dos “saprónovistas”, o Partido Comunista Russo “está no presente mais do que nunca dividido entre os 'líderes', que estão intimamente ligados com o aparato, e os 'membros comuns', que foram privados de todos os direitos partidários”, então o mesmo desenvolvimento iria inevitavelmente tomar lugar em qualquer outro partido, incluindo o Partido Anarco-Comunista Russo, se ele fosse construído sobre o princípio do “aparato”.

Qual, então, será a relação deste partido anarco-comunista, que garante liberdade pessoal a seus membros, com manifestações de massa? Os autores da Plataforma acreditam, primeiro, que as massas são incapazes de “manter a direção da revolução”, apesar do fato de que elas “se juntaram em movimentos sociais e vivem por tendências e lemas profundamente anarquistas”, porque “estas tendências e lemas estão fragmentados e não se juntam em um sistema específico e lhes falta uma força diretiva organizada... Esta força diretiva pode ser encontrada somente em um coletivo ideológico, especificamente identificado como tal pelas massas [ênfase demais, parece, é posta em ideologia e organização!]. Tal coletivo será os grupos anarquistas organizados [por que não os próprios grupos das massas que, de acordo com esta teoria, vivem por 'tendências e lemas profundamente anarquistas'?] e o movimento anarquista organizado [isto é, o partido]”. A associação anarco-comunista [isto é, o partido] “terá que prover iniciativa e participar totalmente de cada fase da revolução social...”

Os anarquistas (isto é, o partido) terão que dar respostas precisas a todas as questões, para ligar a solução destas questões às ideias gerais do anarquismo, e para usar toda sua energia na sua realização. Desta maneira, a Associação Geral de Anarquistas

(isto é, o partido) e o movimento anarquista “estariam preenchendo seu papel condutor ideológico completo na revolução social” (página 16).

É inevitável que aquele que aceita o princípio da participação total em todas as fases da revolução social e que está dedicado à realização deste ideal, não pode – e não irá – se limitar à orientação ideológica. Pela força das circunstâncias ele será obrigado a administrar também cada tipo de atividade prática. É inútil cegar a si mesmo ou a outras pessoas quanto a este fato: a Plataforma coloca seu partido na mesma altura que os bolcheviques, ou seja, ela coloca os interesses do partido acima dos interesses das massas, já que o partido tem o monopólio do entendimento destes interesses. Esta atitude bolchevique é revelada ainda mais claramente na relação da Plataforma com o sindicalismo.

VIII. O PARTIDO E OS SINDICATOS

Os novos evangelistas anarquistas começam a história consigo mesmos. Até eles aparecerem na arena, só havia caos e nenhum terreno sólido. “Nós consideramos todo o período anterior ao nosso, quando os anarquistas se juntaram ao movimento de sindicalismo revolucionário como trabalhadores individuais e pregadores, como um período de atitudes primitivas ao movimento sindicalista” (página 19). Esta é uma afirmação séria quando a segunda Associação Internacional dos Trabalhadores já está em existência, unindo centenas de milhares de trabalhadores revolucionários e anarcossindicalistas em todos os países da Europa e da América.

Mas como a própria Plataforma expressa sua relação não primitiva com o movimento sindicalista? A resposta é simples; ela é uma atitude tipicamente bolchevique, do tipo que foi combatida por todo o movimento sindicalista e anarcossindicalista internacional desde o estabelecimento da Internacional Comunista.

Os bolcheviques lutam pela bolchevização do movimento sindicalista. Os “plataformistas” lutam por sua anarquização. Ambos consideram isso possível através da conexão inevitável entre o movimento sindicalista e a organização das forças anarquistas (para os bolcheviques – as bolcheviques) fora daquele movimento, isto é, o partido. Ambos estão convencidos de que “somente pela existência desta conexão é possível prevenir nele [ou seja, no sindicalismo revolucionário] um desenvolvimento de tendências direcionadas ao oportunismo”. Eles então acreditam que os sindicatos devem estar sob a guarda do partido, o qual aparentemente nunca pode se tornar oportunista,

mas sempre permanecerá revolucionário. Os “plataformistas” evidentemente ainda não aprenderam que o destino de todos os partidos políticos é se tornarem oportunistas.

Ambos os bolcheviques e os “plataformistas” advogam métodos idênticos para conquistar os sindicatos; ou seja, células dentro dos sindicatos, cujas atividades estão subordinadas a uma organização externa do partido. “Grupos anarquistas em usinas industriais, tentando a criação de sindicatos anarquistas, lutando nos sindicatos revolucionários pela preponderância e orientação ideológica do pensamento anarquista, dirigidos em suas atividades pela associação anarquista geral [leia-se partido] ao qual eles pertencem – este é o significado e a forma verdadeira das relações anarquistas com o sindicalismo revolucionário e o movimento sindicalista” (página 20). Não está claro por que este significado e esta “forma” deveriam ser chamadas de anarquistas, quando todo trabalhador, mesmo hoje, sabe muito bem que elas são na verdade bolcheviques! Para confirmar isso, só é preciso adicionar o seguinte fragmento: “Nós devemos entrar no movimento sindicalista como uma força organizada [ou seja, um partido], ser responsáveis para com a organização anarquista geral [ou seja, para com o partido, NÃO O SINDICATO] pelo trabalho feito nos sindicatos, e ser controlados por esta organização” (página 20).

O leitor terá pouca dificuldade em perceber que tudo isto foi copiado do programa bolchevique. E ao levantar a questão do relacionamento entre a associação anarquista e os sindicatos[16], os autores da Plataforma respondem em linhas não menos bolcheviques: “Nos filiar aos sindicatos de uma maneira organizada significa nos filiar a eles com uma ideologia definida, com um plano de ação definido, ao qual todos os anarquistas trabalhando nos sindicatos devem se conformar estritamente”.

Em outras palavras, os anarquistas devem se filiar aos sindicatos com receitas prontas e devem desenvolver seus planos, se necessário, contra a vontade dos próprios sindicatos. Mais uma vez, esta é uma cópia fiel da tática bolchevique; o partido é uma hegemonia, o sindicato está subordinado à organização. Quanto à opinião de que o futuro partido anarcossindicalista se limitaria à orientação ideológica, nós nunca podemos nos esquecer de que por trás das ideias há uma realidade viva – os homens que representam estas ideias. Logo, a orientação ideológica irá sempre desenvolver uma forma física e concreta. Há várias dessas formas; nós apontaremos as principais. A forma partidária, a qual pode variar, como Estados, desde a monarquia e da ditadura ilimitada até uma ampla democracia representativa. A forma federativa, adotada em sua totalidade pela segunda Associação Internacional dos Trabalhadores, isto é, a

internacional de anarcossindicalistas revolucionários: esta forma é o esboço da sociedade futura que, desde o primeiro dia da revolução social, seria preenchido com sólido detalhe. Os “plataformistas” escolheram a primeira forma. Eles foram em uma direção que, depois de nossa experiência com o Partido Bolchevique, deveria ser rejeitada por todos. Os autores da Resposta, por outro lado, foram ao extremo oposto: eles ignoraram completamente a questão da orientação e logo se colocaram em uma posição não natural, na qual ninguém pode permanecer por qualquer duração de tempo. “Os anarquistas em todas as partes devem ser trabalhadores companheiros e colegas para as massas e para a revolução, mas nada mais” (Resposta, página 16). Isto, por sua vez, é uma interpretação muito ingênua e infantil do papel do anarquismo. Se alguém desiste de toda a orientação na ação e na luta, por medo de se destacar da massa geral de pessoas, e se satisfaz sempre com a igualdade ao nível da mediocridade, então logicamente seria melhor nem mesmo se misturar com as massas, mas esperar até que essas massas – todas juntas, como uma “massa” – peçam ajuda. E nada menos que “todas juntas” irá servir, pois, de acordo com os autores da Resposta, um abismo intransponível existe entre as massas e o indivíduo; as relações entre as massas, que parecem ser tratadas como algum tipo de corpo monolítico, e o indivíduo são estabelecidas de tal forma que aquele que se destaca, quem quer que ele seja, comete um crime.

“Nós não encarregamos os anarquistas com a missão de orientar as massas, mas acreditamos que seu chamado é para ajudar as massas, desde que estas estejam necessitando de tal ajuda”, dizem os autores da Resposta (página 13). Estas são palavras vazias, agradando a todos aqueles que nunca puderam mostrar nenhum sinal de iniciativa. Pois é claro, afinal de contas, que as “massas” nunca pedirão a ajuda de ninguém. Deve-se ir pessoalmente às massas, trabalhar com elas, trabalhar por sua alma, e tentar ganhá-la ideologicamente e lhe dar orientação.

De fato, os próprios autores da Resposta involuntariamente chegam à conclusão da necessidade de trabalho anarquista entre as massas sem esperar por seu pedido de ajuda. “Em organizações de massa de caráter sócio-econômico, os anarquistas – como parte das massas – irão trabalhar, construir e criar junto com estas. Um tremendo campo de atividade criativa ideológica e social direta se abre para eles aqui e eles devem fazer este trabalho de forma companheira, sem se colocar em posições acima de outros membros das massas”.

Tudo isto é dito tão gentilmente que se deve procurar com ternura pelas “massas” desconhecidas e não existentes pintadas pelos autores da Resposta. Obviamente acostumados a ver o anarquismo de uma maneira abstrata, eles continuam a olhar para todo o resto da mesma maneira. Para eles as “massas” são de alguma substância uniforme, quimicamente pura e benevolente. Tais massas não são encontradas em lugar nenhum. As “massas” são muito variadas e diferentes para serem avaliadas de acordo com alguma fórmula fácil e superficial. Enquanto trabalham em seu meio, é inevitável que alguns homens irão se erguer por sobre elas; de fato, as próprias “massas” elevam seus líderes, e não é por causa de sua passividade. Os anarquistas, todavia, devem se limitar à “influência ideológica e moral livre e natural em seu ambiente”. Mas se eles fizessem isso, eles iriam inevitavelmente – se fossem bem sucedidos em seu trabalho – se tornar os líderes do “ambiente circundante”, ou seja, das “massas”, em uma liderança ideológica e moral livre e natural.

A questão não é a rejeição da liderança, mas ter certeza de que ela é livre e natural. Mesmo em uma sociedade anarquista, as “massas” sempre serão lideradas por “um ou outro grupo ideológico político”. Mas isto não significa, como os autores da Resposta acreditam, que as massas poderiam ser impossibilitadas de agir livremente e criativamente sob condições favoráveis.

IX. O PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Uma das questões dolorosas entre os anarquistas é aquela do “período de transição”. Os autores da Plataforma também a consideraram e declararam que ela é uma “fase definitiva na vida de um povo caracterizada pela quebra da antiga estrutura e o estabelecimento de um novo sistema econômico e político que, contudo, ainda não envolve a libertação total do povo trabalhador” (página 17). Em vista desta atitude, a Plataforma pronuncia que este período de transição é um fenômeno não anarquista. Ele é não anarquista porque ele “não é a sociedade anarquista que irá emergir como resultado da revolução social, mas alguma 'X', ainda contendo elementos e remanescentes do velho sistema capitalista” (página 17). Que elementos são esses? “O princípio da imposição estatal, a propriedade privada nas ferramentas e nos meios de produção, a contratação do trabalho, etc.”. Ao invés destes males, a Plataforma insiste em uma revolução social perfeita que estabeleceria com um único golpe uma ordem social não contendo nenhum sinal de sobrevivência dos elementos da velha sociedade.

Há realmente pessoas em nossas fileiras que consideram esta visão prática? Nós, por exemplo, a consideramos inteiramente impossível. Os próprios autores da Plataforma continuam, com seu hábito de dizer uma coisa querendo dizer outra, que “a sociedade anarco-comunista em seu estágio final não será estabelecida apenas pela força de uma sublevação social” (página 21). A conclusão lógica desta afirmação seria que, para a formação final da sociedade anarco-comunista, um certo período de tempo é necessário, ou seja, um período de transição. E a Plataforma declara isto diretamente: “Sua realização (a da sociedade) irá apresentar um processo social-revolucionário mais ou menos duradouro, dirigido pelas forças organizadas do trabalho vitorioso dentro de linhas definidas” (página 21).

Um processo é uma função do tempo, e o tempo durante o qual este processo continua “é um tempo transicional”, caracterizado por uma série de tarefas concretas designadas a ajudar a nova sociedade a se aproximar de sua perfeição arquitetural ideal, e a imbui-la com vida anarquista. Estas tarefas concretas – mesmo aquelas propostas pela Plataforma – de novo afirmam a inevitabilidade de um período de transição, que foi proposto pelos anarcossindicalistas russos já em 1918.

“Somente a oficina dos produtores”, a Plataforma diz, “pertencendo em sua totalidade a todo o povo trabalhador e a ninguém individualmente (...) Os produtos formam um fundo alimentar comum para os trabalhadores, do qual cada participante na nova indústria irá receber todas as suas necessidades na base da igualdade total. O novo sistema de produção irá destruir completamente os conceitos de contratação e exploração (...) Não haverá patrões (...) Este é o primeiro passo prático em direção à realização do comunismo anarquista” (páginas 22-23). E eles chamam isso de “o primeiro passo”! Os autores da Plataforma evidentemente confundem o nono mês de gravidez com o primeiro. Eles mesmos já declararam que o princípio “a cada de acordo com sua necessidade” seria precedido por um período de expediência – mais uma vez, uma medida transicional.

A Plataforma falhou completamente na questão de resolver o problema agrário. Na indústria ela propôs comunismo, e na agricultura uma economia individual com direito à propriedade dos produtos da economia; em outras palavras, a necessidade para uma troca de bens com a cidade continuaria até que as grandes massas do campesinato abraçassem o comunismo na produção e na distribuição.

De novo, este processo é necessariamente duradouro; diversas medidas deverão ser tomadas para acelerar o processo. As objeções da Plataforma e de outros anarquistas

ao período de transição são um tributo que nossos companheiros pagam às relíquias daqueles dias em que os anarquistas pensavam pouco, se pensavam, sobre a natureza, o significado e o processo de sublevações sociais. Mas assim que os anarquistas desceram das alturas nubladas para a terra pecadora, prática e materialista, eles tiveram, quisessem ou não, que se colocar a favor do período de transição. E aqueles que continuam a falar e a escrever contra ele fazem isso apenas para clarear suas consciências endurecidas.

X. O PROGRAMA CONSTRUTIVO DA PLATAFORMA

A seção construtiva da Plataforma se destaca por sua primitividade. A construção de uma nova sociedade anarquista está limitada à produção e ao consumo, como se a organização anarquista pudesse ser reduzida a apenas estas funções. Uma concepção tão retrógrada, emprestada da infância do sindicalismo revolucionário, é uma evidência da incapacidade dos autores da Plataforma de enfrentar abertamente um programa verdadeiramente construtivo.

O sindicalismo revolucionário, agora conhecido como anarcossindicalismo, desde então avançou muito – primariamente sob a influência das experiências na Rússia – além de uma visão tão simplificada da construção da sociedade futura. Todavia, o Grupo de Anarquistas Russos Exilados, que concebeu a Plataforma, agora expõe este primitivismo como algo novo. Entretanto, vejamos como a Plataforma tentou resolver as principais questões que surgiam da nova estrutura.

Produção: A Plataforma está preocupada primeiramente com a administração da produção, ao invés de seu funcionamento. E mesmo a forma da administração é esboçada de uma maneira bastante infantil: comitês de fábrica e usina como a forma de administração subordinada local; unificação destes comitês aos níveis municipal, provincial e nacional. E isso é tudo.

Tal esquema de administração da produção de maneira alguma lembra a “oficina única” (administração pela indústria); ao invés disso ela joga no mesmo saco todas as fábricas, usinas e oficinas em vários ramos de produção. De acordo com a Plataforma, todos os comitês de fábrica e usina dos inumeráveis ramos de produção em qualquer cidade devem se unir e estabelecer a maquinaria para administrar o processo de produção em uma dada cidade. Mas deixe-os só tentar colocar a produção em ordem de funcionamento quando os empreendimentos industriais estão unidos no princípio

territorial e são jogados juntos sem qualquer conexão entre eles ao nível industrial! Não será nada menos que caos e destruição! E essa é a única proposta concreta feita pelos autores da Plataforma na esfera da organização da produção. Todo o resto se resume a chavões costumeiros que não possuem sentido real.

Ao mesmo tempo, a Plataforma se cala sobre muitos assuntos concretos resultantes da organização prática do trabalho e da produção. Logo, por exemplo, eles declaram que as classes médias e a burguesia terão que desempenhar trabalho físico, mas eles ignoram a questão de se a revolução social pode arriscar confiar trabalhos às classes médias, e ao proletariado naquelas instituições e ramos que serão destruídos pela revolução social. A Revolução Russa foi incapaz de lidar com este problema. Como pode o tipo de revolução postulada pelos autores da Plataforma lidar com ela? Sobre este ponto a Plataforma se cala.

Provisões: Aqui também não há nada de novo. A Plataforma repete as velhas visões anarquistas e anarcossindicalistas. A única novidade é princípio da expediência na distribuição da comida, um princípio tomado dos bolcheviques. Trabalhadores físicos há vários; aqueles fazendo trabalho intelectual altamente qualificado (administradores, organizadores, cientistas, poetas, etc.) são poucos. Em tempos de necessidade os anteriores podem ser limitados ao mínimo necessário de comida, e até mesmo menos; e os últimos – ganham rações maiores! Este princípio não é somente imoral, mas na prática está longe de ser expediente, já que estabelece a desigualdade no aspecto mais fundamental da vida e logo cria descontentamento e hostilidade.

Quanto ao aspecto organizacional da distribuição da comida, foi apontado repetidamente pelos anarcossindicalistas da Rússia que, tanto durante a revolução quanto o período de transição, as cooperativas provêm os meios mais apropriados.

Terra: Aqui a Plataforma está completamente falida e satisfeita com a fraseologia geral. Ela rejeita a comunização imediata da economia agrícola e retém a estrutura camponesa atual sem quaisquer mudanças. Ela nota corretamente que “uma economia agrária privada, como a empresa industrial privada, leva ao comércio, à acumulação de propriedade privada e à criação de capital”. Bem dito! Mas dizer isto e então conscientemente deixar a lavoura privada intacta é equivalente a destruir todos os conceitos anarquistas. Os “plataformistas” afirmam que desta maneira eles estão criando algum “X”, alguma “quantidade desconhecida”, e a identidade deste “X” não é difícil de contemplar: ele significa a criação de uma “NEP” anarco-comunista. Tal estrutura transitória é muito diferente do período de transição contemplado pelos

anarcossindicalistas russos, e é muito próximo da estrutura do capitalismo. E eles ainda alegam que se opõem a um período de transição!

Proteção da Revolução: Todos concordam que a revolução social será forçada a se defender. A questão é: como se deve organizar esta defesa? Os autores da Plataforma tiram sua resposta dos preceitos dos bolcheviques. Os últimos organizaram, nos primeiros dias da revolução, destacamentos guerrilheiros (Guarda Vermelha), mais tarde um exército voluntário, e eles finalmente terminaram com um exército permanente e serviço militar compulsório para toda a população. A Plataforma passou pelos mesmos estágios.

Os princípios anarquistas comprometem os autores da Plataforma a formações voluntárias, ou seja, destacamentos guerrilheiros. Mas, eles dizem, a guerra civil demandaria a “unificação dos planos de operação e a unificação do comando geral”. E portanto, no primeiro período da revolução, assim como os bolcheviques, deve haver guerrilheiros. No segundo período, “quando a burguesia atacar a revolução com suas forças reorganizadas”, deve haver um exército, de novo como os bolcheviques. Aparentemente ele terá todas as cores do arco-íris bolchevique: ambos o seu caráter de classe e seu serviço voluntário, sua disciplina revolucionária (que na prática é sempre disciplina militar direta), finalmente a subordinação do exército a uma organização unificada por todo o país, tudo o que já foi demonstrado pelos bolcheviques. A questão da proteção da revolução é resolvida pela Plataforma de uma maneira tipicamente estadista; ter uma mão livre frente às pessoas de quem são guardiães, mantida com a ajuda do exército, subordinado apenas às mais altas autoridades.

A solução ao problema da proteção da revolução reside apenas no princípio da mobilização geral do povo trabalhador, como proposto pelos anarcossindicalistas russos.

Nós chegamos ao fim de nossa crítica da Plataforma. Nenhuma conclusão será exposta. Deixe que os leitores, que estudaram a Plataforma, a Resposta e o programa dos anarcossindicalistas russos, tirem suas próprias conclusões. 38

NOTAS

1. A Primeira Guerra Mundial de 1914-1918.
2. O quarto congresso, por causa da falta de tempo, não considerou a questão do crédito.
3. Prefácio a “A Conquista do Pão”, por Piotr Kropotkin.
4. Veja “Ao Invés de um Programa”, 1922, Berlim, Publicações do Birô Estrangeiro.
5. Veja “Resoluções”, 1918, Publicações do Secretariado.
6. Veja “Declarações e Resoluções”, 1922; Argentina.
7. Veja “Declaração”, 1918, publicação da Primeira Escola Central Sovtech.
8. Veja a Declaração da Organização de Anarco-Universalistas de Moscou, à 8ª Sessão dos Sovietes, Moscou, 1921.
9. Veja o prefácio de Kropotkin a “A Conquista do Pão”, 1919, Moscou, Publicação “Golos Truda”.
10. Veja O Caminho do Trabalho (Rabotchi Put).
11. Veja também o panfleto de Rudolph Rocker e Barvota.
12. Órgão do MIR, mais tarde órgão da Confederação Sindicalista Revolucionária do Trabalho na França.
13. Particularmente interessante sobre esta conexão é um artigo por M. Korn em “Dielo Truda” (No. 29, 1928), extravagantemente louvando as conquistas da Plataforma. Na opinião do companheiro Korn, “o programa inspirou nossos grupos ...” Na realidade, é claro, foi a inspiração em nossos grupos que chamaram a Plataforma. Adiante, o companheiro Korn acredita que a Plataforma: “levantou diversas questões fundamentais...” Todavia, é óbvio que todas as questões – assim como muitas outras – já tinham sido formuladas muito antes da proclamação da Plataforma. Continuando esta série extraordinária de descobertas, o companheiro Korn considera que a Plataforma: “colocou em cheio perante cada anarquista a questão de responsabilidade pelo destino do movimento no sentido de sua influência prática no desenrolar futuro dos eventos...” Não é, é claro, muito difícil levantar questões sem respondê-las. E mesmo essas questões já haviam sido levantadas por anarcossindicalistas na Rússia e no exterior em uma época em que os mais iminentes autores da Plataforma estavam ou indiferentes às questões envolvidas ou havia apenas começado a aprender, depois de sua chegada ao exterior, as primeiras lições de responsabilidade pessoal e coletiva ao movimento.
14. Coleção de ensaios por Bakunin publicados pela Casa de Publicação Anarcossindicalista, “Golos Truda”, Moscou (cinco volumes).
15. Veja, no tocante a estas “interpretações”, as respostas dos “plataformistas” às questões postas a eles por M. Korn (“Dielo Truda” No. 18), o artigo por G. Graf (“Dielo Truda” Nos. 2224) e a Resposta (“Dielo Truda” No. 28) professando surpresa por parte dos autores da Plataforma de ninguém os compreender.
16. Veja o artigo de M. Korn, “Dielo Truda”, No. 18.

Tradução e publicação original: Ateneu Diego Giménez (COB-AIT), Piracicaba, 2010. A partir de *Constructive Anarchism*, Maximoff Memorial Publishing Committee, Chicago, 1952.